



# 2015

## RELATÓRIO E CONTAS

**AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL**  
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA



***O ANO DE 2015 FOI  
INTENSO E DE  
ÁRDUAS TAREFAS,  
ASSUMIDAS COM  
DEDICAÇÃO  
POR TODOS OS  
COLABORADORES  
DO AUTOMÓVEL  
CLUB DE PORTUGAL.***



Carlos Barbosa, Presidente ACP



# ÍNDICE

CONTEÚDOS

## I. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

**8**  
UNIVERSO ACP

**10**  
INDICADORES DE ATIVIDADE

**12**  
ÓRGÃOS SOCIAIS

**14**  
ANO EM NÚMEROS

**16**  
PRÉMIO EUROPEU EM SEGURANÇA RODOVIÁRIA

## II. RELATÓRIO DE GESTÃO

**20**  
RELATÓRIO DE GESTÃO

**40**  
DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

**42**  
AGRADECIMENTOS

## III. SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**47**  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

**50**  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## IV. ANEXOS

**56**  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

**104**  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

# MENSAGEM PRESIDENTE

CARLOS BARBOSA

Apresentamos aqui os documentos do Automóvel Club de Portugal relativos à prestação de contas do exercício de 2015. Como os sócios sabem, foi um ano sem precedentes na história do clube, marcado pelas eleições para os órgãos sociais. O ataque feito pelos meus opositores não me atingiu, mas feriu o clube no seu ADN – a sua credibilidade e prestígio na sociedade. As consequências, do foro criminal, estão a seguir o seu curso na Justiça; as outras, por força dessa campanha negra orquestrada de forma vil, tiveram o seu impacto no associativismo.

Mas os sócios confiaram na equipa de gestão que tenho a honra de liderar e os resultados estão aqui: o clube fechou o ano com um resultado consolidado de 448 mil euros. Com todos os objetivos cumpridos, porque foram determinados com rigor e profissionalismo, sem voluntarismos nem vaidades pessoais.

No desporto, apesar da retirada do apoio do Ministério da Economia ao WRC Vodafone Rally de Portugal, o regresso da prova ao Norte foi histórico. Tivemos recordes de público e de retorno económico para o País, mais de um milhão de espetadores e 127,4 milhões de euros. Só a despesa

direta (restauração e hotelaria) efetuada pelos visitantes do rali foi superior a 65 milhões de euros, ou seja, 65 vezes superior ao patrocínio que o Turismo de Portugal retirou. Graças ao firme empenho do Turismo do Porto e Norte de Portugal, da CCDR-N e das autarquias envolvidas, a prova por nós organizada coroou-se de êxito, dando um exemplo notável de união e capacidade para gerir grandes projetos.

O ano ficou também marcado pelo Prémio Excelência em Segurança Rodoviária atribuído pela Comissão Europeia ao ACP Kids. Um reconhecimento ao mais alto nível ao programa de educação rodoviária que o clube oferece a todas as escolas do pré-escolar e do ensino básico, pelo seu carácter inovador e abrangente, que nos enche de orgulho e motivação para continuarmos esta missão de formar os futuros condutores.

O ano de 2015 foi assim intenso e de árduas tarefas, assumidas com afinco e dedicação por todos os colaboradores do Automóvel Club de Portugal. Os resultados aqui demonstrados confirmam que o caminho que traçámos tem futuro.

Lisboa, abril de 2016.



acp

AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL

acp

acp

41

21





# INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

# I

## INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

O ACP EM 2015

**15**  
**UNIDADES  
OPERACIONAIS**

**APOIO JURÍDICO**  
**AUTOS**  
**CAMPISMO/  
AUTOCARAVANISMO**  
**CENTRO DE EXAMES**  
**CLÁSSICOS**  
**DOCUMENTAÇÃO**  
**ESCOLA DE CONDUÇÃO**

**EMPRESAS**  
**FORMAÇÃO**  
**GOLFE**  
**JOVEM**  
**KIDS**  
**MOTO**  
**MULHER**  
**SAÚDE**

### REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

- Membro do Clube dos Fundadores da FIA;
- Conselho Mundial para a Mobilidade e Turismo da FIA;
- Management Council e Euroboard da FIA;
- Comissão Histórica da FIA;
- Comité de Ética da FIA;
- Grupos de Trabalho da Representação Europeia da FIA (transporte e mobilidade, legal, consumo e tecnológico).



### REPRESENTAÇÃO NACIONAL

- Representação nacional;
- Vice-Presidência do Conselho Geral da PRP;
- Membro da Direção e sócio Fundador do CIMPAS;
- Vice-Presidência do Conselho Geral da EMEL;
- Membro do Conselho Fiscal do Centro de Arbitragem do Setor Automóvel;
- Vice-Presidência do Conselho Nacional de Combustíveis;
- Membro da Associação Portuguesa do Veículo Elétrico;
- Associado Promotor do Museu dos Transportes e Comunicações.



## AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL

# 247.460

SÓCIOS



22.853 NOVOS SÓCIOS



# 29.427.310,12€

VOLUME DE NEGÓCIOS



# 8

EMPRESAS ASSOCIADAS

ACP Serviços de Assistência, Lda.  
ACP Mobilidade – Soc. Seguros Assistência, S.A.  
Villas-Boas ACP Corretores Assoc. Seguros, S.A.  
ACP Mediação de Seguros, S.A.  
ACP Viagens e Turismo, Lda.  
ACP Comunicações  
ACP Motorsport

## SEGURANÇA RODOVIÁRIA

# 60.120

crianças envolvidas

# 1.700

professores envolvidos



## DESPORTO AUTOMÓVEL

# 127.400.000€

retorno WRC Rally de Portugal

Baja 500 Portalegre  
24H Fronteira  
Rally de Portugal Histórico



## ASSISTÊNCIA EM VIAGEM

# 10.098.342€

faturação

# 500

reboques associados



## SAÚDE

# 16.713

assistências

# 20.978

cartões saúde ACP



## SEGUROS

# 18.424.953€

prémios

# 83.831

carteira de seguros



## DOCUMENTAÇÃO

# 2.046.153 €

faturação

# 57.0237

documentos tratados



## GOLFE

# 944

sócios

# 31

torneios



## CLÁSSICOS

# 4.009

sócios

# 14.800

viaturas listadas



# PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE

NOTA:  
Indicadores consolidados

---

**29.427.310,12€**

Volume de Negócios

**1.486.403,59€**

EBITDA

**2,50%**

Rendibilidade dos fundos próprios

**54,64%**

Autonomia Financeira

**47**

Média de idade

**448.102,92€**

Resultado Líquido

**428**

Número médio de colaboradores

**32.765.174,95€**

Ativo Total

**92%**

Percentagem de contratos sem termo

---



# ÓRGÃOS SOCIAIS

---

## DIREÇÃO

---

Presidente  
Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Vice-Presidente  
Francisco Xavier Belo Van Zeller

Vogal  
João Manuel de Mello Franco

Vogal  
Maria Margarida Amado Pinto Correia

Vogal  
Domingos Caetano Ramos Piedade

Vogal  
João Nuno Pereira Dias de Magalhães

Vogal  
Manuel Pedro da Cunha Guedes

---

## ASSEMBLEIA GERAL

---

Presidente  
Francisco Dias Cortez Ferreira

Vice-Presidente  
Miguel de Gouveia Rebocho Esperança Pina

Vogal  
Miguel Olazabal de Almada

---

## COMISSÃO REVISORA DE CONTAS

---

Presidente  
José Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente  
António Maria Silva Ferreira Nunes

Vogal  
Alice Eugénia de Bettencourt Conceição Rodrigues Reis

Vogal  
António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues

Vogal  
Manuel Andrade Lopo de Carvalho

# ANO EM NÚMEROS



POUPANÇA MÉDIA  
sócio/ano

**96,84€**



MÉDICO EM CASA  
**7.119**



CARTÃO SAÚDE / ORAL  
**22.604**



DESCONTO BP  
**82.509**



COMPRA DE SERVIÇOS  
**34.940**



ASSISTÊNCIA AO LAR  
**2.202**



LOJA  
**4.469**



APOIO JURÍDICO  
**904**



SEGURO ACP  
**52.536**



ASSISTÊNCIA EM VIAGEM  
**32.931**



RENOVAÇÃO CARTA  
**25.126**

## UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PELOS SÓCIOS



---

**2.046.153€**

Faturação com Documentação

**18** mil

Emails para o contact center

**2.865**

Notícias na Comunicação Social\*

**22.445.321€**

\*Automatic Advertising Value

**6.935**

Parceiros de desconto

**3.454.472€**

Faturação Viagens

**356.398€**

Publicidade Revista ACP

**4.618.686€**

Faturação delegações

**74**

Veículos da frota da Assistência em Viagem

---



# PRÉMIO EXCELÊNCIA

SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Pelo seu carácter inovador e abrangente, a Comissão Europeia atribuiu ao Automóvel Club de Portugal o Prémio Europeu Excelência em Segurança Rodoviária 2015. A cerimónia de entrega do prestigiado prémio teve lugar a 4 de fevereiro, em Bruxelas, e foi presidida pela Comissária Europeia dos Transportes, Violeta Bulc.

O Prémio Excelência em Segurança Rodoviária distingue anualmente as práticas mais inovadoras realizadas no âmbito da Carta Europeia de Segurança Rodoviária, que é a maior plataforma da sociedade civil sobre a matéria. Criado em 2012, o ACP Kids é um programa nacional de educação rodoviária “ACP Kids” em todas as escolas do pré-escolar e do ensino básico do País e em ações de rua juntamente com as câmaras Municipais. Em 2015, tiveram contato com o programa mais de 60120 crianças, 1700 professores e 27 ações de rua em todo o País.

excellence  
in road safety  
**AWARDS** | ★  
2015





.II.

RELATÓRIO DE GESTÃO

# II

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### **Ao sócio,**

Dando cumprimento ao estipulado na lei e nos estatutos, apresenta-se o relatório de gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2015, pretendendo-se com tais documentos refletir a evolução do conjunto das empresas associadas encabeçadas pelo Automóvel Club de Portugal.



Contact center  
ACP



**159.848**  
Chamadas



**00:00:16**  
Tempo médio de espera



**00:02:16**  
Tempo médio de conversação



**18.009**  
Emails recebidos



# O ACP EM 2015

## SÓCIO

O Automóvel Club de Portugal é o maior clube nacional, conta com 247.460 sócios, tendo sido angariados 22.853 novos sócios no ano corrente.

## DELEGAÇÕES

O clube está representado em todo o continente e regiões autónomas com 25 delegações. A faturação das delegações cifrou-se em 4.618.686€.

## COMUNICAÇÃO

Em defesa dos automobilistas e dos consumidores, na primeira linha da segurança rodoviária, da mobilidade e do desporto automóvel, o clube desdobrou-se em tomadas de posição e iniciativas que se refletiram em 2.865 notícias difundidas na Comunicação Social, o que corresponde a um Automatic Advertising Value de 22.445.321 euros.

## REVISTA

A Revista ACP afirma-se como a maior revista do setor automóvel (3,3% de audiência global correspondente a 282.595 leitores por edição) e continua a ser o meio privilegiado de comunicação para com os sócios. No corrente ano foram publicados

6 números, 8 edições on-line, duas edições do ACP Golfe e duas edições do ACP Clássicos. A publicidade na revista subiu 17% face ao ano anterior, atingindo 356.398€.

## SITE

O site do ACP teve 613.558 visitantes únicos e 3.249.792 pageviews, sendo responsável pela captação de 2.509 sócios. Já o site do Rally de Portugal teve 411.216 visitantes únicos e 2.979.596 pageviews.

## CONTACT CENTER

Foram geridas 159.848 chamadas, com um nível de serviço de 95,8% de chamadas atendidas, tempo de conversação de 2 minutos e 16 segundos e um tempo médio de espera de 16 segundos. Durante o corrente ano foram geridos no apoio ao sócio, um total de 18.009 mails.

## PUBLICIDADE

O ano de 2015 registou a maior campanha alguma vez feita no clube, em torno de um produto único e inovador e de grande alcance social na área da saúde: o seguro *A Idade Não Conta*, o único seguro de acidentes ou doenças sem limite de idade. A campanha desenrolou-se em duas fases. A primeira foi de notoriedade e alcance global – com meios como televisão, rádio e digital, combinando

publicidade convencional e outros formatos, como entrevistas e tele-promoções. A campanha na televisão foi distinguida nos Prémios Eficácia, promovidos pela Associação Portuguesa de Anunciantes.

A segunda fase foi de comunicação direta aos sócios (email, carta e telefone). A campanha ACP/BP de desconto e combustível continuou a ser alvo de promoção contínua ao longo do ano (rádio e digital) com a novidade, em Maio, do lançamento do terceiro dia de desconto especial de 9 cêntimos por litro também no dia 19 de cada mês. Foram lançadas novas campanhas Médico em Casa nos canais rádio e digital, a par de uma nova parceria de desconto no gás.

## EVENTOS

O calendário de 2015 foi repleto de eventos nas mais diversas áreas do clube: passeios, ralis, provas de regularidade, torneios, workshops, feiras temáticas, festivais de verão foram alguns dos eventos organizados pelo ACP e onde marcaram presença praticamente todas as áreas do clube: Kids, Jovem, Mulher, Clássicos, Golfe, Autocaravanismo, TT, Autos, Motos e Motorsport.

Estivemos presentes em diversas feiras: BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa no stand do Turismo Porto e Norte, Futurália (feira para

jovens), bem como no Motorclássico, Autoclássico e Automobilia — feiras de clássicos.

No âmbito do ACP 4x4, realizou-se mais uma expedição a Marrocos, com 36 sócios e 15 viaturas, um passeio no Minho com 68 sócios e 30 viaturas para além do Off Road ACP de três dias, em parcerias com o Clube Escape Livre que trouxe 50 equipas de sócios a participar.

#### RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Presidente do ACP, Carlos Barbosa, como membro do FIA World Council for Automobile Mobility and Tourism, Management Council e Euroboard, participou em todas as reuniões destes órgãos.

Carlos Barbosa, no âmbito das suas funções como Presidente da Comissão FIA –WRC -Campeonato do Mundo de Ralis, esteve presente em todas as reuniões do World Council for Motorsport e acompanhou as reuniões FIA do WRC e Todo o Terreno.

Durante a Assembleia Geral da FIA de 2015, Carlos Barbosa foi reeleito como Presidente do WRC órgão máximo do Campeonato do Mundo de Ralis. Na mesma reunião magna da FIA, foram reconduzidos Gabriela Barreto, para o Comité de Ética da FIA e Tiago Patrício Gouveia como delegado do

clube na Comissão Histórica da FIA. O ACP manteve a sua presença nos seguintes Grupos de Trabalho do FIA European Bureau: Transport & Mobility WG, Legal & Consumer WG e Technical WG. Mário Martins da Silva manteve as suas funções no Advisory Board do ARC Europe, garantindo uma vez mais a presença do ACP no Business Standing Committee.

## SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Um dos principais objetivos do clube é contribuir para a diminuição da sinistralidade rodoviária, através de programas educativos e campanhas públicas de sensibilização.

#### ACP Kids

O clube manteve a forte aposta no programa nacional de educação rodoviária “ACP Kids” em todas as escolas do País e em ações de rua juntamente com as Câmaras Municipais. Este programa estrutural só é possível graças à colaboração institucional da Direção-Geral de Educação, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, do Plano Nacional de Leitura e da Rede de Bibliotecas Escolares.

E ao patrocínio da Estradas de Portugal que participou nas ações práticas. Em 2015, tiveram contato com o programa 60.120 crianças, 1.700 professores e 27 ações de rua em todo o País.

Pelo seu caráter inovador e abrangente, a Comissão Europeia atribuiu ao Automóvel Club de Portugal o Prémio Europeu Excelência em Segurança Rodoviária 2015. A cerimónia de entrega do prestigiado prémio teve lugar a 4 de fevereiro, em Bruxelas, e foi presidida pela Comissária Europeia dos Transportes, Violeta Bulc.

O Prémio Excelência em Segurança Rodoviária distingue anualmente as práticas mais inovadoras realizadas no âmbito da Carta Europeia de Segurança Rodoviária, que é a maior plataforma da sociedade civil sobre a matéria.

Este reconhecimento internacional coincidiu com o crescimento do ACP Kids internamente. Por força da imagem exterior, o clube extinguiu o ACP Júnior, ficando o ACP Kids como categoria de sócio dos zero aos 13 anos de idade. A par dessa renomeação e da nova imagem, deu-se início a uma newsletter mensal enviada para os sócios menores de 13 anos.



*Segurança Rodoviária*  
ACP KIDS



**60.120**

Crianças envolvidas no programa



**1.700**

Professores envolvidos



**27**

Ações de rua

### “Eu sou o Maior”

A grande aposta na área da segurança rodoviária são os jovens. O clube deu seguimento à campanha de sensibilização protagonizada pelos D.A.M.A., “Eu sou o Maior”, tema da música que a banda compôs para o ACP. Esta campanha decorreu ao longo do ano inteiro e desdobrou-se em variadas ações, nomeadamente concertos, festivais de verão, redes sociais e exposições. Esta campanha de médio prazo tem como objetivo evitar a condução com álcool através de uma mensagem lúdica. O tema ganhou em 2015 o prémio “Muito Mais que uma Música”, atribuído pela MTV.

### PRÉMIO INOVAÇÃO EM SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Subordinados ao tema da segurança rodoviária, são cada vez mais os estudos e trabalhos de investigação desenvolvidos por estabelecimentos de ensino superior nacionais, cujos resultados se têm revelado de extrema importância para uma cabal compreensão da realidade e hábitos dos condutores portugueses.

Neste contexto, em parceria com a BP Portugal, o Automóvel Club de Portugal lançou o “Prémio de Inovação Segurança Rodoviária”, contando com a colaboração do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e da Agência Nacional de Inovação.

O Prémio tem como objetivos primordiais reconhecer, distinguir e premiar os melhores projetos de investigação que versem o tema da segurança rodoviária, desenvolvidos em instituições de ensino superior portuguesas, públicas ou privadas, e no âmbito de cursos de pós graduação, mestrados ou doutoramentos, com idade inferior a 35 anos.

### OUTRAS AÇÕES E CAMPANHAS

O clube voltou a receber um apoio financeiro da Federação Internacional do Automóvel, desta feita para levar ao terreno a campanha mundial “Save Kids Lives”, que teve o seu maior eco em Aveiro, cidade que acolheu em 2015 a Capital Jovem da Segurança Rodoviária. Tal como em anos anteriores, o clube levou a cabo outras ações de segurança rodoviária no decorrer dessa capital, nomeadamente aulas de condução e ações do ACP Kids.

Para alertar consciências, o ACP lançou a campanha “Nós partilhamos a estrada” com o objetivo de proteger os motociclistas e ciclistas. Através da distribuição maciça de autocolantes para colocar nos retrovisores dos automóveis, e contando com a presença do piloto Miguel Oliveira e do ex-campeão de ciclismo Joaquim Gomes, a campanha juntou-se

a muitas outras idênticas levadas a cabo pelos clubes homólogos europeus.

Realizou-se em 2015 o 3º estudo anual de segurança infantil nos automóveis, em parceria com a Prevenção Rodoviária Portuguesa e a Cybex. O estudo incidiu sobre a eficácia da proteção lateral das cadeiras de criança e teve como ponto de partida crash-tests e um inquérito autorizado junto de 2.300 sócios.

A música e as artes são uma constante como veículo das mensagens de segurança do clube. Assim, o ACP Kids realizou uma semana de workshops no Lisbon & Estoril Film Festival para crianças das escolas de Lisboa. O mesmo investimento foi também conseguido através da colaboração com a iniciativa “A Magia da Palavra”, levada a cabo pelo Museu Cosme Damião. As viagens de autocarro entre as escolas abrangidas e o museu foram o campo de trabalho dos formadores do ACP Kids.

O apoio à associação de jovens luso-descendentes Cap Magellan manteve-se na ação de sensibilização “Secur’Eté”, levada a cabo nas fronteiras portuguesas no início das férias de verão, altura de pico de sinistralidade rodoviária.

*Página seguinte*  
(Esq., cima)  
Baja 500  
Portalegre, 2015

(Esq., baixo)  
Expedição ACP  
Marrocos 2015

(Dia.)  
Manoel d'Oliveira, sócio ACP  
falecido em 2015. Fotografia  
cedida por Barros Rodrigues

# DESPORTO AUTOMÓVEL

## WRC VODAFONE RALLY DE PORTUGAL

Organizador das principais provas de desporto motorizado em Portugal o ACP Motorsport teve o seu ponto mais alto no Vodafone Rally de Portugal, incluído no Campeonato do Mundo de Ralis da FIA (WRC). A edição de 2015 marcou o regresso da prova aos troços do Norte do País. Treze municípios e o Turismo do Porto e Norte apoiaram este novo formato do Vodafone Rally de Portugal, que tem agora como base a cidade de Matosinhos, com o service Park nas instalações da Exponor. Considerada pela FIA como um exemplo em termos de segurança, a prova foi presenciada por mais de um milhão de espectadores, a que se somam vários milhões de espectadores dos canais de mais de 150 países que transmitiram imagens do evento. A prova foi mais uma vez o maior evento desportivo e turístico nacional do ano tendo sido responsável por um retorno global de 127,4 milhões de euros.

A edição de 2015 do WRC Vodafone Rally de Portugal, realizada entre os dias 21 e 24 de maio, foi objeto de análise e monitorização externa

científica sobre a economia e perceção da imagem do destino. O estudo, da autoria do Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve em parceria com a Universidade do Minho, revela dados muito significativos para a Região Norte provocados pelo impacto do maior evento anual realizado em Portugal.

A despesa direta total ('new expenditure') gerada pelo WRC Vodafone Rally de Portugal 2015 na economia do turismo no Norte de Portugal, assegurada por adeptos e equipas, atingiu os 65,2 milhões de euros, estabelecendo um novo patamar máximo do evento e refletindo um acréscimo de 18,8% face à edição de 2014, isto é, mais 10,3 milhões de euros. Trata-se de um incremento muito significativo e o maior desde 2009.

Face ao volume e tipologia de despesas dos adeptos, com destaque para o setor da alimentação e bebidas, transportes internos e alojamento, é possível estimar que residentes e turistas com despesas afetas ao WRC Vodafone Rally de Portugal 2015 proporcionaram ao Estado Português uma receita fiscal bruta que atinge os 24,3 milhões de euros em termos de IVA e ISP.

Além destes impactos, refira-se a dimensão do Rally associada

à capacidade de projeção da (boa) imagem do evento e do destino através dos media, onde tendo por base os dados relativos às sete primeiras provas do calendário WRC de 2015 (nas quais se inclui o Rally de Portugal), é estimado um total de audiência acumulada de 444,6 milhões de espetadores, sendo que o WRC Vodafone Rally de Portugal foi responsável por 73,5 milhões, ou seja 15% do total (REPUCOM, 2015). Os principais mercados internacionais atingidos foram a Polónia, França, Espanha, Finlândia e Itália.

## TODO-O-TERRENO

No Todo-o-Terreno, o clube voltou a organizar a prova "Rainha" do Todo o Terreno nacional, a Baja Portalegre 500, pontuável para a Taça do Mundo FIA TT, com 317 concorrentes nas diversas categorias auto e moto, bem como, as já tradicionais 24 Horas TT – Vila de Fronteira, que este ano contaram com perto de 110 concorrentes entre autos e buggys, numa prova assistida por cerca de 40.000 espectadores.

## CLÁSSICOS

Realizaram-se três ralis de regularidade: as 500 milhas ACP, o Rally ACP Clássicos e o Banco BIC Rally Portugal Histórico, tendo este último tido uma participação recorde com cerca de 100 concorrentes.



# AINDA MAIS PRÓXIMO DOS SÓCIOS

## ACP KIDS

O ano 2015 terminou com um total de 65.305 sócios com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos. Para melhor comunicar com estes sócios foram criadas diferentes segmentações: 0-13 anos sócio ACP KIDS e 14 aos 17 anos.

## ACP JOVEM

No ano corrente juntaram-se ao ACP mais 1.722 jovens entre os 18 e os 25 anos. Foram realizadas as já habituais iniciativas nos festivais de verão “SuperBock SuperRock” e “Meo Sudoeste” como a oferta de um desconto de 10% no acesso dos jovens ACP a estes festivais, bem como um parque de estacionamento exclusiva sócios.

Os sócios dos 14 aos 17 anos podem agora comprar bilhetes para espetáculos em todas as delegações ACP com a nova parceria com a Blueticket, para além de continuarem a ter acesso privilegiado a parques de estacionamento e descontos em concertos e festivais de verão.

## ACP GOLFE

O clube de afinidade ACP Golfe registou 204 novas adesões, num total de 944 sócios.

Organizou 31 torneios, onde se integram dois circuitos anuais, Campeonatos do Clube geral e sénior, provas internacionais de pares, a 6ª Edição do Grande Prémio Nacional, e fez-se representar em torneios por equipas. O clube esteve mais uma vez presente no maior evento de golfe português, o IX Portugal Masters, para o qual disponibilizou de forma gratuita bilhetes aos sócios.

A presença nos media manteve-se nas Revistas do ACP e ACP Golfe e nas parcerias com a Rádio M80, o programa Golfe e Golfistas e Revista Golf Press.

O Banco BPI entrou como patrocinador do ACP Golfe, tendo a BP e a Widex reforçado os respetivos apoios, tal como se alargaram as parcerias com campos e academias a novos campos oficiais nas principais regiões do País.

## ACP CLÁSSICOS

O ACP Clássicos terminou o ano com 4.009 membros, mantendo o número de sócios apesar de ter existido um crescimento no número de demissões. Estão listadas na base de dados 14.800 viaturas entre automóveis

e motos nas categorias de clássicos e futuros clássicos propriedade dos membros ACPC. Foram emitidos 537 certificados de viaturas de interesse histórico elevando para 3.450 as viaturas certificadas.

Tal como em anos anteriores, realizaram-se vários eventos com uma adesão significativa de participantes, nomeadamente: Passeio dos Ingleses, Passeio da Primavera às Enguias, Passeio ao Motorclássico, Passeio da Primavera a São Jacinto, 500 Milhas ACP 2015, Inauguração do Museu dos Coches, Passeio à Companhia das Lezírias, Cascais Classic Motorshow, Passeio de Viana do Castelo ao Gerês, Rally ACP Clássicos e Raid Figueira da Foz – Lisboa.

O ACP Clássicos voltou a estar presente nos salões da especialidade em Aveiro, Lisboa e Porto.

Ao longo do ano mantiveram-se contatos com diversas instituições oficiais IMT, DGCI e DG Alfândegas para a melhoria do estatuto de Viatura de Interesse Histórico.

A nível internacional o ACP Clássicos faz parte da Comissão Histórica da FIA.





944  
Sócios



204  
Novas Adesões



31  
Torneios





14.800

Viaturas



4.009

Sócios



537

Certificados

# SERVIÇOS

## ASSISTÊNCIA EM VIAGEM

Os serviços de Assistência em Viagem ACP são uma imagem de marca do clube, sinónimo de eficácia e segurança no meio automóvel. Em Portugal é o único serviço de assistência com meios próprios e com capacidade de desempanagem no local. A longa experiência na área automóvel reflete-se no forte impacto qualitativo dos nossos meios nas pessoas assistidas. Com sede em Lisboa e um centro de assistência no Porto, conta também com três pontos de serviços rápidos de manutenção automóvel.

## SEGUROS

O seguro Automóvel continua a ser a grande aposta do ACP Seguros. O total das receitas tem vindo a diminuir, fruto da redução do volume de negócios referido atrás, este é o principal produto de entrada dos sócios na mediadora do ACP.

Apesar do mercado segurador registar ligeiros sinais de recuperação, o ACP Seguros sofreu uma quebra de 6% no volume de negócios, que estão diretamente relacionados com uma quebra ao nível dos overcomissions. Os seguros foram o motivo de entrada no ACP de 13% dos novos

sócios angariados em 2015. Foram comercializadas 19.138 novas apólices em 2015, que representam prémios no valor de 2.857.377€. Manteve-se uma forte aposta na equipa de retenção para manutenção dos clientes/apólices em carteira, contribuindo para uma cada vez maior fidelização do sócio ao ACP.

O ACP lançou um seguro de saúde inovador, “A idade não conta”, único e exclusivo no mercado nacional. A autonomia financeira observou novo crescimento em 2015, passando de 25% para 26% mantendo o reforço da capacidade financeira da empresa. Importa ainda destacar que a empresa não apresenta endividamento bancário no final do ano.

## DOCUMENTAÇÃO

Esta unidade operacional do clube realizou 2.046.153€, resultado da gestão de 57.237 processos documentais, 28.031 renovações de cartas de condução, 16.503 Licenças Internacionais de Condução, 11.444 consultas médicas, 286 importações de automóveis e CPD (Carnet Passage en Douane) e 173 documentos marítimos.

## ESCOLAS CONDUÇÃO

Aos 685 alunos, dos quais 550 alunos para a carta de automóvel, 26 alunos para a carta de moto e 109 alunos já encartados para aulas de reciclagem da categoria automóvel, foram

ASSISTÊNCIA EM VIAGEM	
2014	2015
Nº DE SERVIÇOS PRESTADOS	
45.429 dos quais 2.294 serviços rápidos	44.756 dos quais 3.080 serviços rápidos
TAXA DE DESEMPANAGEM DA ASSISTÊNCIA	
54%	56%

*Assistência em Viagem*  
ACP



10.098.342€

Faturação



500

Reboques associados



74

Veículos da frota

ministradas 13.662 aulas teóricas e 21.467 aulas de instrução. Foram propostos a exame teórico 573 alunos, 669 alunos a exame prático da carta de condução automóvel e 19 alunos para exame prático da carta de moto, que obtiveram uma taxa de passagem de 80%.

A exemplo de anos anteriores, as escolas de condução estiveram presentes nas feiras de educação, formação juventude e emprego Futurália e Qualifica que decorreram, respetivamente, de 26 a 29 de março em Lisboa e de 9 a 12 de abril no Porto, e onde foi ministrada aos jovens interessados a primeira aula de condução.

#### CENTROS DE EXAME

Os centros de exames tiveram um crescimento do número de exames em 11,7%, que aumentou aumentado os resultados em 55%.

No final do ano, registou-se uma situação alheia ao clube com o Centro de Exame do Porto, que culminou na detenção de alguns examinadores por alegadas práticas ilegais. Graças à pronta reação do ACP, seja na colaboração com as autoridades, seja na contratação de novos efetivos, o clube manteve as atividades sem qualquer interrupção.

#### ACP AUTOS

Num ano ainda com retração no consumo das famílias e com o crédito ao consumo ainda não facilitado, o ACP Autocrédito, ajudou mais de 100 sócios a concretizarem a compra com recurso ao crédito a taxas muito competitivas, tanto em viaturas novas como em usadas.

#### ACP VIAGENS

Venderam-se 3,5 milhões de euros de viagens aos sócios. De relevar que a Agência de Viagens tem pelo terceiro ano resultados positivos depois de cinco anos consecutivos com resultados negativos, apresentando um crescimento de 6% face a igual período do ano anterior.

#### PARCERIAS

A rede de parceiros ACP é a maior a nível nacional, tanto em quantidade e em qualidade como na transversalidade de áreas abrangidas – combustível, saúde, alimentação, formação, hotelaria, cultura e lazer. O número de empresas parceiras do ACP cresceu cerca de 10%, atingindo neste momento as 6.935 empresas parceiras a dar mais descontos aos sócios ACP.

#### MÉDICO EM CASA

Em 2015 foram realizadas 16.713 consultas em casa.

#### ACP SAÚDE PRIME

O número de cartões ativos atingiu as 20.798 unidades, divididas em medicina geral com 18.773 cartões e saúde oral com 2.025 cartões.

#### IDADE NÃO CONTA

O seguro de saúde para maiores de 65 anos lançado em exclusivo pelo clube, fechou o ano com 10.722 apólices, que corresponde a 771.984 € de faturação.

#### LOJA ACP

O merchandising atingiu um volume de vendas de 389.252€, que representa mais 3,3% quando comparado com igual período do ano passado. Os itens com mais procura pelos sócios são as categorias auto, moto, prevenção, segurança e desporto automóvel.

#### ACP MASTER

Este cartão movimentou seis milhões de euros, teve a preferência de mais de 4.000 sócios e apresenta uma taxa de atividade de 70%.

#### ACP SOLUÇÕES FINANCEIRAS

Os sócios investiram 35,3 milhões de euros no depósito a prazo especial criado pelo Banco BIG para o ACP com a maior taxa de juro em depósitos a prazo, se bem que temporária.

#### ASSISTÊNCIA EM CASA

Foram recebidos 4.090 pedidos de assistência técnica em casa.



#### CAMPISMO E AUTOCARAVANISMO

O ACP cresceu mais uma vez a sua base de sócios campistas tendo emitido 1.050 cartas durante o corrente ano entre cartas nacionais e internacionais.

#### MULHER

Desenvolveu-se um conjunto de atividades e workshops dirigidos a sócias, nomeadamente mecânica, moda, decoração e voo acrobático.

#### RECURSOS HUMANOS

A aposta no desenvolvimento das competências e valências profissionais continua a ser um dos eixos de atuação, com relação direta com a Cultura de

Meritocracia e de criação de Valor, como orientação estratégica, pois as Pessoas são sem dúvida alguma o capital mais importante da nossa instituição. No seguimento da criação e da sedimentação da Academia ACP, o cômputo das horas de formação interna em 2015 representa 75,9% do total de horas realizadas. A formação via e-learning certificada é uma realidade, contando com 3.433 horas, nas áreas de informática (Office) e de línguas estrangeiras (Inglês). Verificaram-se melhorias nas coberturas dos planos de seguros de Saúde e Vida Grupo, bem como a atribuição de um subsídio de nascimento – “Bebés ACP”.

#### DEPARTAMENTO JURÍDICO

Efetuaram-se 2.820 consultas jurídicas, relacionadas com o automóvel e moto, pelo serviço gratuito prestado ao sócio do ACP. O Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, deu razão ao clube num processo que este moveu contra a Autoridade da Concorrência (AdC) condenando esta autoridade por se ter recusado a investigar uma queixa de práticas restritivas de concorrência dos combustíveis contra a GALP, apresentada pelo ACP.

O Tribunal considerou que a AdC tinha o dever legal de investigar a queixa e não a poderia ter arquivado

## ESTRUTURA ETÁRIA

	18 - 29 ANOS	30 - 39 ANOS	40 - 49 ANOS	> 50 ANOS
ACP	6	36	72	118
ACP Serviços	6	32	67	60
ACP Viagens	0	0	5	2
ACP Mobilidade	0	0	1	0
	12	68	145	180

## ANTIGUIDADE

	< 5 ANOS	6 - 15 ANOS	> 16 ANOS
ACP	34	65	133
ACP Serviços	25	54	86
ACP Viagens	2	1	4
ACP Mobilidade	0	1	0
	61	121	223

## FORMAÇÃO INTERNA

ANOS	HORAS
2012	3 463
2013	2 414
2014	2 792
2015	4 526

## FORMAÇÃO - HORAS

	Nº HORAS	
	2014	2015
ACP e Associadas	10 418	8 387
ACP	5 546	4 810
ACP Serviços	4 822	3 561
ACP Viagens	42	8
ACP Mobilidade	8	8

sem ter previamente efetuado qualquer diligência sobre um conjunto de práticas e comportamentos que indiciavam fortemente a existência de práticas restritivas dos combustíveis líquidos.

Na sequência de danos causados ao edifício sede do ACP, na rua Rosa Araújo, pelas obras de demolição do prédio contíguo, estabeleceu-se ao longo do ano um diálogo permanente com o dono da obra, ESIM – Espírito Santo Imobiliário e com o empreiteiro Lúcio Silva Azevedo & Filhos, com vista à reparação desses danos.

Para esse efeito, o clube envolveu advogados e outros especialistas, entre os quais o Eng. João Appleton e peritos das diversas seguradoras. Como resultado destes esforços, a ESIM procedeu à reabilitação do elevador principal da sede e finalizou uma auditoria aos danos provocados ao edifício, encontrando-se a preparar o projeto de reparação dos mesmos.

O ACP apresentou ainda uma ação especial de impugnação da deliberação camarária que aprovou a implementação da Terceira Fase da Zona de Emissões Reduzidas (ZER) em Lisboa, decisão que prejudica gravemente a mobilidade de inúmeros automobilistas.

## SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS CENTRAIS

Para melhorar as condições dos espaços frequentados pelos nossos associados, realizaram-se obras diversas de manutenção e beneficiação na Sede e nas instalações do Prior Velho. Nestas últimas, efetuaram-se obras de conservação e de reparação total nas escadas exteriores do edifício, tendo sido feita a impermeabilização das paredes exteriores, a pintura das paredes interiores e a colocação de tubagem do Piso 4 ao rés-do-chão para captação das águas pluviais, além de obras de beneficiação do hall de acesso ao refeitório dos colaboradores.

A Sala de Leitura no edifício Sede coloca à disposição dos sócios uma Biblioteca, que dispõe de um espólio com mais de dois mil títulos de monografias e periódicos, essencialmente relacionados com automobilismo e turismo.

O acervo documental é composto por um Arquivo Histórico bastante valioso e completo. Dispõe ainda de um arquivo fotográfico, com 1.200 imagens digitalizadas no corrente ano, que podem ser visionadas on-line através do catálogo informatizado.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

Num caminho que se quer cada vez mais percorrido e participado, o clube fez alguns donativos a instituições:

- *Crescer Bem*, Hospital D. Estefânia: 7.000€
- *Associação Estímulo*: 1.450€
- *Refood*: 1.000€

Além da divulgação continuada ao longo do ano a iniciativas solidárias nos meios do clube, doou-se mobiliário de escritório sobrando e outros géneros a Instituições de Solidariedade Social, bem como papel para reciclagem ao Banco Alimentar Contra a Fome, instituição que o ACP ajuda anualmente no transporte de empilhadoras para todas as campanhas de recolha de alimentos.



*Biblioteca e Sala de Leitura*  
SEDE DO ACP



# DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

## SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os resultados individuais de 2015 cresceram significativamente face a 2014, essencialmente suportados por uma redução dos gastos operacionais e pela reversão de imparidades e variação de provisões. O EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) registou uma pequena subida, assim como a margem EBITDA.

A melhoria da performance operacional do ACP compensou a redução nos ganhos provenientes das empresas participadas permitindo a manutenção do EBITDA e o forte crescimento dos resultados [tabela A, Resultados Individuais].

## SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

Os resultados consolidados apresentaram igualmente um forte crescimento, sustentado tal como os resultados individuais na redução dos gastos operacionais, na reversão

de imparidades, na variação de provisões e ainda na redução dos impostos sobre lucros suportados pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação. A margem EBITDA apresentou uma ligeira redução, situando-se em 2015, nos 5,1% [tabela B, Resultados Consolidados].

A composição do Volume de Negócios é a apresentada na infografia da página seguinte. Os rendimentos provenientes das quotas representam 44% do Volume de Negócios, continuando a ser a mais expressiva fonte de rendimentos do ACP. De seguida, destacam-se os serviços associados à assistência e viagem e patrulhamento, os quais representam em conjunto 17% do total do Volume de Negócios.

## ESTRUTURA FINANCEIRA CONSOLIDADA

A estrutura financeira consolidada do ACP manteve o seu movimento de reforço, tendo a autonomia financeira crescido para 55%. Contribuíram para este crescimento, não só a performance operacional positiva, como a redução do endividamento [tabela C, Indicadores Consolidados].

A rendibilidade dos capitais próprios voltou igualmente a crescer,

apresentando um valor perfeitamente enquadrado nos objetivos da instituição, a qual não tendo fins lucrativos, apresenta um nível de resultados que lhe permite reforçar a sua capacidade financeira no sentido de ano após ano melhorar e aumentar os serviços prestados aos seus associados.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2015, o ACP – Automóvel Club de Portugal apresentou um resultado líquido de 403.051,13 euros. A Direção propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

- Fundo Social: - 430.478,15 euros
- Ajustamentos em ativos financeiros (de partes de capital em filiais e associadas): + 833.529,28 euros

TABELA A - Resultados Individuais

	2015	2014	2013
Volume de Negócios	21 672 648	22 709 855	22 869 424
Subsídios à Exploração	378 516	823 524	827 326
Ganhos/perdas empresas associadas	833 529	1 166 894	1 697 448
Variação de imparidades/provisões	211 826	33 569	-56 857
EBITDA	1 108 354	1 106 844	1 150 348
Margem EBITDA	5,1%	4,9%	5,0%
EBIT	405 233	122 383	37 502
Resultado antes de Impostos	412 743	162 325	134 291
Resultado Líquido	403 051	148 851	128 096

TABELA B - Resultados Consolidados

	2015	2014	2013
Volume de Negócios	29 427 310	29 697 693	30 052 633
Subsídios à Exploração	379 257	823 786	827 326
Ganhos/perdas empresas associadas	375 393	300 217	410 433
Variação de imparidades/provisões	213 581	36 907	199 788
EBITDA	1 486 404	1 654 254	1 981 547
Margem EBITDA	5,1%	5,5%	6,6%
EBIT	584 998	432 492	587 863
Resultado antes de Impostos	615 998	496 609	713 380
Resultado Líquido Consolidado	448 103	195 403	180 994
Resultado Líq. Consolidado s/ int. min.	420 492	178 853	89 146

TABELA C - Indicadores Consolidados

	2015	2014	2013
Autonomia Financeira	55%	53%	49%
Rendibilidade dos capitais próprios	2,50%	1,12%	1,06%

(Unidade: Euros)

VOLUME DE NEGÓCIOS

44%

QUOTAS



12%

ASSISTÊNCIA EM VIAGEM



9%

REND. PROVAS DESPORTIVAS



8%

COMISSÕES DE SEGUROS



5%

PATRULHAMENTO



5%

VENDAS DE PRODUTOS



4%

SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO



4%

PROTOCOLOS DIVERSOS



3%

CENTROS DE EXAMES DE CONDUÇÃO



2%

AGÊNCIA DE VIAGENS



1%

ESCOLAS DE CONDUÇÃO



3% OUTROS



# AGRADECIMENTOS

A Direção agradece a todos os sócios que através de carta, telefone ou email manifestaram o seu interesse pelas diversas áreas de atividade do clube, contribuindo de forma ativa para a intervenção do ACP em áreas tão importantes como a segurança rodoviária e a defesa dos interesses dos automobilistas.

Agradecemos ainda aos membros da Assembleia Geral e da Comissão Revisora de Contas, cuja assistência foi valiosa no acompanhamento das decisões tomadas pelo clube e, sobretudo, aos funcionários do ACP e Associadas pelo seu empenho e dedicação.

Lisboa, 30 de março de 2016

## A DIREÇÃO

Presidente

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Vice-Presidente

Francisco Xavier Belo Van Zeller

Vogais

João Manuel de Mello Franco

Maria Margarida Amado Pinto Correia

Domingos Caetano Ramos Piedade

João Nuno Pereira Dias de Magalhães

Manuel Pedro da Cunha Guedes



# .III.

## SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

# III

## **SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

BALANÇO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	8 599 524,84	9 207 271,68
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	16 852 664,76	16 959 734,03
Outros ativos financeiros		1 170,17	463,74
		25 453 359,77	26 167 469,45
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Inventários	10	249 058,52	244 097,19
Clientes	11	367 278,54	766 096,40
Estado e outros entes públicos	12	151 592,46	44 831,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	449 622,47	633 007,13
Outras contas a receber	11; 13	308 556,64	230 216,17
Diferimentos	14	178 726,21	246 655,52
Ativos financeiros detidos para negociação	4; 15	462 639,67	451 591,01
Caixa e depósitos bancários	4	2 305 452,61	2 073 893,01
		4 472 927,12	4 690 387,98
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>29 926 286,89</b>	<b>30 857 857,43</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	16	16 194 465,87	16 175 514,48
Ajustamentos em ativos financeiros	16	1 122 078,37	963 218,27
Resultado líquido do período		403 051,13	148 851,41
<b>TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL</b>		<b>17 719 595,37</b>	<b>17 287 584,16</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	17	0,00	90 844,70
Financiamentos obtidos	18	1 557 692,25	1 788 461,49
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	690 002,83	685 874,02
		2 247 695,08	2 565 180,21
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	20	4 375 110,38	5 295 385,77
Estado e outros entes públicos	12	376 885,92	439 121,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21	1 203 779,36	1 128 919,06
Financiamentos obtidos	18	230 769,24	230 769,24
Outras contas a pagar	22	1 280 034,00	1 385 196,62
Diferimentos	14	2 492 417,54	2 525 700,67
		9 958 996,44	11 005 093,06
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>12 206 691,52</b>	<b>13 570 273,27</b>
<b>TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL E DO PASSIVO</b>		<b>29 926 286,89</b>	<b>30 857 857,43</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	23	21 672 647,51	22 709 954,60
Subsídios, doações e legados à exploração	24	378 515,85	823 524,40
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	833 529,28	1 166 893,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(263 906,55)	(263 311,68)
Fornecimentos e serviços externos	25	(13 966 229,67)	(15 344 498,17)
Gastos com o pessoal	26	(7 054 042,93)	(7 452 207,48)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	136 640,70	46 041,07
Provisões (aumentos/reduções)	17	75 844,70	(12 548,24)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8.2	0,00	76,57
Aumentos/reduções de justo valor		(659,41)	6 686,20
Outros rendimentos e ganhos	27	117 026,61	236 858,78
Outros gastos e perdas	28	(821 012,03)	(810 626,39)
<b>Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>1 108 354,06</b>	<b>1 106 843,54</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(703 121,23)	(984 460,16)
<b>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>405 232,83</b>	<b>122 383,38</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		22 536,97	61 834,09
Juros e gastos similares suportados		(15 026,32)	(21 892,29)
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>412 743,48</b>	<b>162 325,18</b>
Imposto sobre o rendimento do período	9	(9 692,35)	(13 473,77)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>403 051,13</b>	<b>148 851,41</b>



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	9 616 882,77	10 263 161,17
Goodwill	9	4 919 187,04	4 919 187,04
Ativos intangíveis	10	3 521,29	652,78
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11	6 892 178,39	6 729 391,87
Outros ativos financeiros		2 985,81	1 130,43
Ativos por impostos diferidos	12	68 324,86	64 112,53
		<b>21 503 080,16</b>	<b>21 977 635,82</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Inventários	13	491 308,47	470 137,26
Clientes	14	3 456 219,10	3 264 136,73
Adiantamentos a fornecedores	15	54 708,59	34 049,19
Estado e outros entes públicos	16	342 807,18	350 100,12
Associados	14	449 622,47	633 007,13
Outras contas a receber	14; 17	660 875,06	465 045,48
Diferimentos	18	357 097,56	396 570,14
Ativos financeiros detidos para negociação	19	462 639,67	451 591,01
Outros ativos financeiros	4	317 620,54	487 859,89
Caixa e depósitos bancários	4	4 669 196,15	3 907 985,75
		<b>11 262 094,79</b>	<b>11 129 292,01</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>32 765 174,95</b>	<b>33 106 927,83</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	20	16 874 235,53	16 752 362,21
Ajustamentos em ativos financeiros	20	382 989,09	310 793,61
Resultado líquido do período		448 102,92	195 403,39
		<b>17 705 327,54</b>	<b>17 258 559,21</b>
Interesses minoritários		196 169,74	179 618,99
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>		<b>17 901 497,28</b>	<b>17 438 178,20</b>

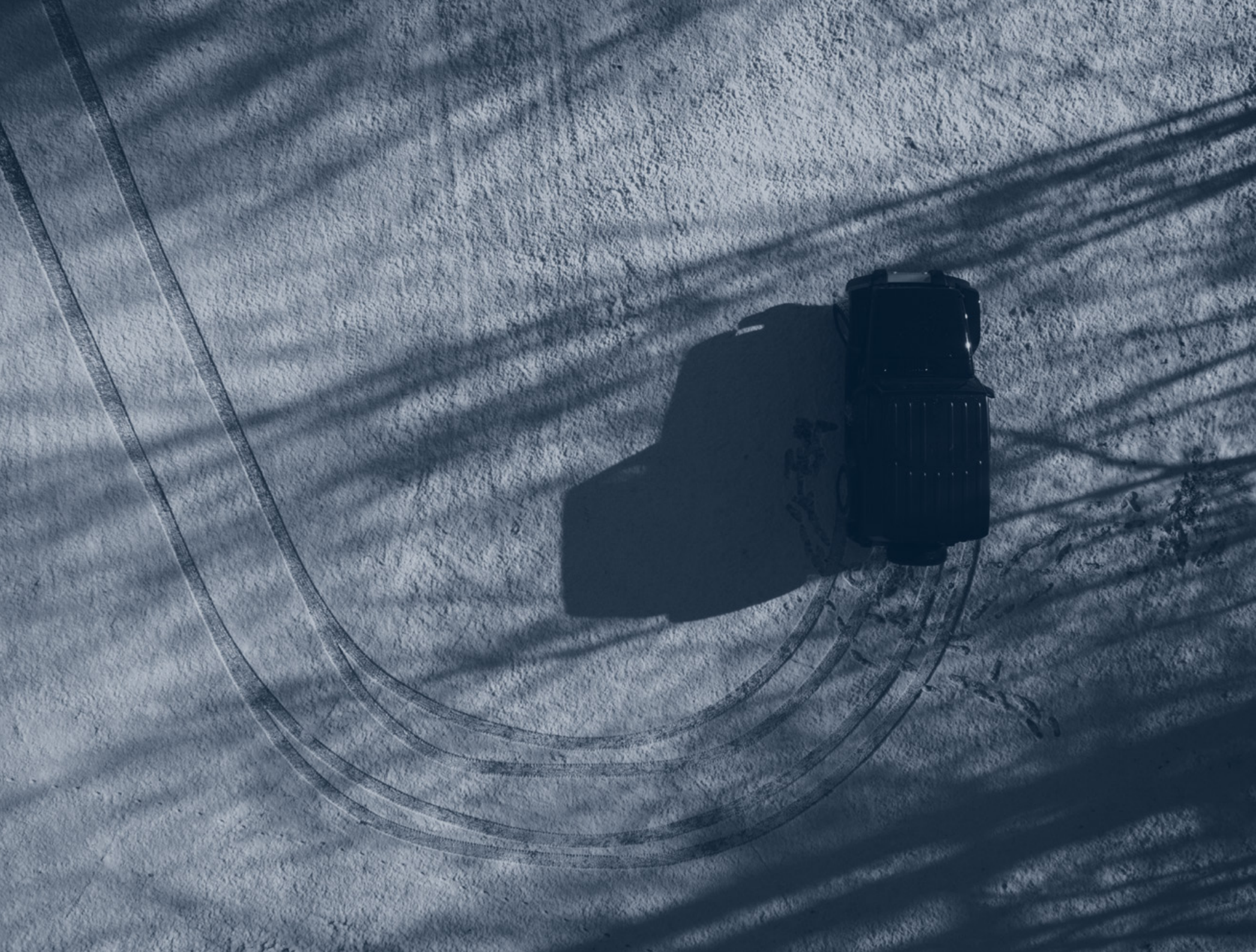
RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	21	148 419,10	300 895,15
Financiamentos obtidos	22	1 607 510,28	1 806 909,89
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	23	750 849,82	729 527,84
		2 506 779,20	2 837 332,88
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores		4 498 810,06	4 207 904,54
Adiantamentos de clientes		54 625,70	95 113,40
Estado e outros entes públicos	16	768 027,44	782 056,64
Associados	24	1 203 779,36	1 128 919,06
Financiamentos obtidos	22	247 747,97	276 711,09
Outras contas a pagar	25	2 499 618,89	2 515 810,95
Diferimentos	18	3 084 289,05	3 156 091,76
		12 356 898,47	12 831 416,75
TOTAL DO PASSIVO		14 863 677,67	15 668 749,63
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		32 765 174,95	33 106 927,83



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA  
DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PARA O PERÍODO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	26	29 427 310,12	29 967 693,28
Subsídios, doações e legados à exploração	27	379 256,55	823 785,96
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11	375 393,01	300 216,95
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(826 264,60)	(744 327,66)
Fornecimentos e serviços externos	28	(14 640 747,79)	(15 058 094,30)
Gastos com o pessoal	29	(12 682 836,02)	(13 081 012,70)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	113 776,76	84 369,40
Provisões (aumentos/reduções)	21	99 804,18	(47 538,49)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	76,57
Aumentos/reduções de justo valor		(659,41)	6 686,20
Outros rendimentos e ganhos	30	290 104,01	468 287,35
Outros gastos e perdas	31	(1 048 733,22)	(1 065 888,68)
<b>Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>1 486 403,59</b>	<b>1 654 253,88</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8; 10	(901 405,36)	(1 204 461,88)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	(17 300,00)
<b>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>584 998,23</b>	<b>432 492,00</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		46 399,13	87 139,95
Juros e gastos similares suportados		(15 399,45)	(23 022,49)
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>615 997,91</b>	<b>496 609,46</b>
Imposto sobre o rendimento do período	12	(167 894,99)	(301 206,07)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>448 102,92</b>	<b>195 403,39</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>		<b>448 102,92</b>	<b>195 403,39</b>
Detentores do capital empresa-mãe		420 492,39	178 852,64
Interesses minoritários		27 610,53	16 550,76





.IV.

ANEXOS

## IV

## ANEXOS

ANEXO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
INDIVIDUAISBALANÇO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	8 599 524,84	9 207 271,68
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	16 852 664,76	16 959 734,03
Outros ativos financeiros		1 170,17	463,74
		25 453 359,77	26 167 469,45
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Inventários	10	249 058,52	244 097,19
Clientes	11	367 278,54	766 096,40
Estado e outros entes públicos	12	151 592,46	44 831,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	449 622,47	633 007,13
Outras contas a receber	11; 13	308 556,64	230 216,17
Diferimentos	14	178 726,21	246 655,52
Ativos financeiros detidos para negociação	4; 15	462 639,67	451 591,01
Caixa e depósitos bancários	4	2 305 452,61	2 073 893,01
		4 472 927,12	4 690 387,98
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>29 926 286,89</b>	<b>30 857 857,43</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	16	16 194 465,87	16 175 514,48
Ajustamentos em ativos financeiros	16	1 122 078,37	963 218,27
Resultado líquido do período		403 051,13	148 851,41
<b>TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL</b>		<b>17 719 595,37</b>	<b>17 287 584,16</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	17	0,00	90 844,70
Financiamentos obtidos	18	1 557 692,25	1 788 461,49
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	690 002,83	685 874,02
		2 247 695,08	2 565 180,21
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	20	4 375 110,38	5 295 385,77
Estado e outros entes públicos	12	376 885,92	439 121,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21	1 203 779,36	1 128 919,06
Financiamentos obtidos	18	230 769,24	230 769,24
Outras contas a pagar	22	1 280 034,00	1 385 196,62
Diferimentos	14	2 492 417,54	2 525 700,67
		9 958 996,44	11 005 093,06
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>12 206 691,52</b>	<b>13 570 273,27</b>
<b>TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL E DO PASSIVO</b>		<b>29 926 286,89</b>	<b>30 857 857,43</b>

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	23	21 672 647,51	22 709 954,60
Subsídios, doações e legados à exploração	24	378 515,85	823 524,40
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	833 529,28	1 166 893,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(263 906,55)	(263 311,68)
Fornecimentos e serviços externos	25	(13 966 229,67)	(15 344 498,17)
Gastos com o pessoal	26	(7 054 042,93)	(7 452 207,48)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	136 640,70	46 041,07
Provisões (aumentos/reduções)	17	75 844,70	(12 548,24)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8.2		76,57
Aumentos/reduções de justo valor		(659,41)	6 686,20
Outros rendimentos e ganhos	27	117 026,61	236 858,78
Outros gastos e perdas	28	(821 012,03)	(810 626,39)
<b>Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>1 108 354,06</b>	<b>1 106 843,54</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(703 121,23)	(984 460,16)
<b>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>405 232,83</b>	<b>122 383,38</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		22 536,97	61 834,09
Juros e gastos similares suportados		(15 026,32)	(21 892,29)
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>412 743,48</b>	<b>162 325,18</b>
Imposto sobre o rendimento do período	9	(9 692,35)	(13 473,77)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>403 051,13</b>	<b>148 851,41</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS  
RESULTADOS POR NATUREZAS  
PARA O PERÍODO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO</b>			
Recebimentos de clientes		21 971 795,42	22 349 304,25
Pagamentos a fornecedores		(15 087 443,63)	(15 648 889,03)
Pagamentos ao pessoal		(7 052 714,05)	(7 545 739,80)
<b>CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES</b>		<b>(168 362,26)</b>	<b>(845 324,58)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		44 083,95	63 621,85
Outros recebimentos/pagamentos		(286 629,91)	(907 195,21)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>		<b>(410 908,22)</b>	<b>(1 688 897,94)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(102 093,77)	(263 363,25)
Investimentos financeiros		(1 170,01)	(463,74)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		13 374,80	109 595,27
Ativos intangíveis Investimentos financeiros		467,03	0,00
Juros e rendimentos similares		19 211,66	51 822,63
Dividendos		969 558,63	1 609 951,39
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>899 348,34</b>	<b>1 507 542,30</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(15 062,62)	(22 000,75)
Outras operações de financiamento		(230 769,24)	(230 769,24)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>		<b>(245 831,86)</b>	<b>(252 769,99)</b>
<b>Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)</b>		<b>242 608,26</b>	<b>(434 125,63)</b>
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		2 525 484,02	2 959 609,65
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		2 768 092,28	2 525 484,02



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS		
		Fundos	Excedentes Técnicos
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2014 (1)		16 034 252,82	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		141 261,66	
(2)		141 261,66	0,00
Resultado Líquido do Período (3)			
RESULTADO EXTENSIVO (4=2+3)			
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO			
(5)		0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2014 (6=1+2+3+5)		16 175 514,48	0,00
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2015 (6)		16 175 514,48	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		18 951,39	
(7)		18 951,39	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (8)			
RESULTADO EXTENSIVO (9=7+8)			
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO			
(10)		0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015 (6+7+8+10)		16 194 465,87	0,00

FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE							INTERESSES MINORIT.	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
Reservas	Resultados Transit.	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revaloriz.	Outras Variações Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total		
0,00	0,00	861 624,04	0,00	0,00	128 096,04	17 023 972,90		17 023 972,90
		101 594,23			(128 096,04)	114 759,85		114 759,85
0,00	0,00	101 594,23	0,00	0,00	(128 096,04)	114 759,85	0,00	114 759,85
					148 851,41	148 851,41		148 851,41
				0,00	20 755,37	20 755,37	0,00	20 755,37
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	963 218,27	0,00	0,00	148 851,41	17 287 584,16	0,00	17 287 584,16
0,00	0,00	963 218,27	0,00	0,00	148 851,41	17 287 584,16	0,00	17 287 584,16
		158 860,10			(148 851,41)	28 960,08		28 960,08
0,00	0,00	158 860,10	0,00	0,00	(148 851,41)	28 960,08	0,00	28 960,08
					403 051,13	403 051,13		403 051,13
				0,00	254 199,72	254 199,72	0,00	254 199,72
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	1 122 078,37	0,00	0,00	403 051,13	17 719 595,37	0,00	17 719 595,37

## 01. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O ACP – Automóvel Club de Portugal (adiante designado por ACP) é uma pessoa coletiva de utilidade pública (NIPC 500700800), fundada em 1903, tendo como objeto estatutário a promoção e o desenvolvimento do automobilismo e do turismo, sobretudo no que respeita à defesa dos interesses dos seus associados e em todos os campos relacionados com aqueles objetivos.

O ACP tem sede na Rua Rosa Araújo, 24, 1250-195 Lisboa.

Constituem receitas do ACP, essencialmente, as joias e as quotas pagas pelos sócios, as quais têm como contrapartida a utilização de bens e serviços que o ACP proporciona aos seus associados em todos os campos relacionados com os objetivos acima referidos.

Todos os valores apresentados são expressos em euros.

## 02. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras do ACP foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e do Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), pelos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), pelo Código de Contas (CC), pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), pelas Normas Interpretativas e pela Estrutura Conceptual.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.



As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo são expressas em euros e foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade e em conformidade com o regime de acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, da substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2015 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2014.

2.2 Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Não existem contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

2.4 As demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de Dezembro de 2014, preparada de acordo com o SNC e do relato financeiro para entidades do setor não lucrativo.

## 03.

### PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos,

passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

#### *a) Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis, com exceção dos mencionados no parágrafo seguinte, encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF-ESNL o ACP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7. Os ativos adquiridos até 31 de Dezembro de 1998 foram reavaliados de acordo com as disposições legais em vigor. Nos exercícios seguintes às reavaliações do seu imobilizado, através da aplicação da respetiva disposição legal foi transferida a totalidade do valor da reserva de reavaliação para o Fundo Social.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o ACP.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O ACP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta, por referência ao início do exercício em que os bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais nos termos do Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens, com exceção dos veículos utilizados no ensino da condução, os quais têm um período de vida útil de 8 anos e um valor residual correspondente a 10% do respetivo valor de aquisição.

As depreciações são calculadas sobre as quantias depreciáveis que correspondem ao custo do ativo deduzido do respetivo valor residual. As taxas de depreciação mais relevantes são as seguintes:

	TAXAS	VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções	1,25% - 20%	5 anos - 80 anos
Equipamento básico	12,5% - 20%	5 anos - 10 anos
Equipamento de transporte	12,5% - 25%	4 anos - 8 anos
Ferramentas e utensílios	20% - 25%	4 anos - 5 anos
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%	3 anos - 8 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

São classificados como ativos fixos tangíveis os ativos subjacentes aos contratos de locação financeira, nos quais se verifique a transferência para o locatário de todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

### ***b) Locações***

O ACP classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação

é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

#### ***Locações operacionais***

Os pagamentos e recebimentos efetuados pelo ACP à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos ou rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

#### ***Locações financeiras***

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

### ***c) Participações financeiras***

#### ***Investimentos em subsidiárias***

As participações financeiras em que o ACP exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o ACP assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o ACP detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

#### ***Investimentos em associadas***

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o ACP adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para o ACP, caso em que seria usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o ACP tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o ACP exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de gestão de direção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre o Clube e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

O *goodwill* relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento.

Contudo, a amortização desse *goodwill* não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

Dado que o *goodwill* incluído na quantia escriturada de um investimento, quando aplicado o método de equivalência patrimonial, não é reconhecido separadamente, a totalidade da quantia escriturada do investimento é testada quanto à imparidade, quando existam indicadores que indiquem que a associada possa estar em imparidade, comparando a sua quantia recuperável com a sua quantia escriturada do investimento.

O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

#### *d) Impostos sobre o rendimento do período*

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do ACP e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do ACP, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do ACP.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentos em fundos patrimoniais, facto que implica o seu reconhecimento em fundos patrimoniais.

Os impostos diferidos reconhecidos nos fundos patrimoniais são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 16.6 das NCRF-ESNL, o ACP procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Possuir um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

#### ***e) Inventários***

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado. O ACP reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

***f) Contas a receber***

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

***g) Caixa e equivalentes de caixa***

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

***h) Transações em moeda estrangeira***

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente no capital próprio.

Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

*i) Subsídios*

Os subsídios concedidos pelo governo, autarquias ou associações internacionais não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e, subseqüentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio não é reconhecido até que haja segurança razoável de que o Clube cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato ao ACP sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do governo ou de autarquias tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso do ACP, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo ou de autarquias não condicionais que se relacionem com um ativo biológico



mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torna recebível.

Os subsídios do Governo ou de autarquias condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo ou de autarquias.

### *j) Provisões*

São reconhecidas provisões quando:

- O ACP tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

#### ***Provisões para contratos onerosos***

O ACP reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

#### ***Provisões para reestruturação***

O ACP constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:
- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e
- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios diretos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as atividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de voltar a treinar ou deslocalizar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem. Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

#### ***k) Benefícios dos empregados***

O ACP reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Em complemento aos benefícios concedidos pelo regime de Segurança Social, os empregados do ACP admitidos até 1 de Março de 1992 beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma. Este plano pressupõe que cada participante terá direito, à data normal de reforma (66 anos), a uma pensão de reforma mensal, pagável 13 vezes ao ano, calculada segundo uma fórmula definida pelo plano.

O complemento de reforma existente no ACP corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do ACP com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O ACP reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

#### ***l) Ativos e passivos contingentes***

O ACP não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o ACP divulga o respetivo passivo contingente.

#### ***m) Reconhecimento de gastos e rendimentos***

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

*n) Rédito*

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O ACP tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O ACP não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser estimado com fiabilidade. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o ACP;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das quotas de sócio é reconhecido durante os exercícios a que as mesmas correspondem. O rédito das joias é reconhecido no momento da sua faturação.

O valor do diferimento é apurado recorrendo a estimativas efetuadas através da base de dados dos sócios das quotas emitidas em 2015, mas que abrangem uma parte do ano de 2016. O valor apurado é diferido não sendo reconhecido o respetivo rédito no exercício.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

***o) Gastos e rendimentos de financiamentos***

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas antes dos financiamentos serem utilizados e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

***p) Acontecimentos após a data de Balanço***

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 30 de março de 2016, data em que foram aprovadas pela Direção do ACP conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

***q) Instrumentos financeiros***

O ACP reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de fundos patrimoniais apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

O ACP mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

O ACP mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a

- vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

#### *r) Imparidade*

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

### **3.3 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo ACP e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo ACP é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo ACP, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do ACP e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

**a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda**

O ACP determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do ACP.

**b) Provisões**

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

**c) Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

**d) Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill**

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O ACP revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no goodwill resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O goodwill em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiquem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e do goodwill pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do ACP.

***e) Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores***

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo ACP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

***f) Impostos sobre os lucros***

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo ACP, durante um período de quatro, seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010) ou 12 anos (no caso de prejuízos gerados a partir de 2014), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do ACP de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

***g) Pensões e outros benefícios a empregados***

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.



### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Direção do ACP situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade do ACP.

### 3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3. Adicionalmente, e apesar do ACP não se encontrar sujeito ao Código das Sociedades Comerciais vem contudo informar as principais políticas de gestão de risco, de acordo com o previsto no artigo 66º do mencionado código:

#### *a) Risco de preço/mercado*

As operações de negócios em moeda estrangeira, especialmente na compra e venda, expõem a entidade a riscos cambiais, como resultado de flutuações nas taxas de câmbio. No entanto, grande parte das transações é efetuada com entidades do Espaço Comunitário, sendo o risco de exposição cambial residual. No que respeita às variações nas taxas de juro, atendendo ao empréstimo de médio e longo prazo existente, cujos juros contratuais têm por base uma taxa variável, o ACP monitoriza regularmente a evolução do mercado, no sentido de poder utilizar uma estratégia de cobertura do risco de taxa de juro. Uma vez que os contratos com fornecedores / clientes não preveem o vencimento de juros e que os contratos de locação financeira têm valores baixos a gestão entende que o risco se confina ao risco de taxa de juro subjacente ao empréstimo de médio e longo prazo e que o mesmo está avaliado.

#### *b) Risco de liquidez/crédito/fluxos de caixa*

O financiamento do ACP resulta dos respetivos meios libertos, não sendo habitual para a satisfação dos seus compromissos o recurso ao financiamento bancário. O foco da empresa é sobre a gestão de capital circulante e despesas de capital. Como consequência da sua política de gestão do ativo circulante e da sua eficiente gestão, a empresa dispõe atualmente de uma situação confortável em termos de liquidez. Não obstante, os principais riscos decorrem dos compromissos assumidos com os fornecedores e da eventual falta de pagamento dos seus clientes. No entanto, o ACP mantém políticas regulares de cobrança e regularização dos seus compromissos.

## 04. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O ACP classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

As rubricas caixa, seus equivalentes e depósitos bancários decompõe-se como se segue:

	31/12/15	31/12/14
Caixa	53 601,02	58 129,36
Depósitos à Ordem	651 851,59	540 763,65
Depósitos a Prazo	1 600 000,00	1 475 000,00
Outros Ativos Financeiros	462 639,67	451 591,01
	<b>2 768 092,28</b>	<b>2 525 484,02</b>

A 31 de Dezembro de 2015 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Os depósitos a prazo estão disponíveis para uso, garantindo a sua mobilização imediata apenas com a perda dos juros vencidos.

Os outros ativos financeiros são transacionados em mercados financeiros, podendo ser convertidos em dinheiro em qualquer momento.

## 05. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No presente período, o ACP não alterou as estimativas contabilísticas nem procedeu ao registo de qualquer erro.

## 06. PARTES RELACIONADAS

Os rendimentos correspondem essencialmente à cedência de espaços para desenvolvimento das atividades das partes relacionadas, a comissões, à prestação de serviços financeiros, gestão de recursos humanos, informáticos e administrativos e aos juros decorrentes de empréstimos concedidos.

Os gastos são compostos pelos serviços de assistência em viagem, pelo seguro de assistência em viagem e por deslocações organizadas pela agência de viagens do grupo.

### i. Empresas subsidiárias

	TRANSAÇÕES				
	Rend. Op.	Gastos Op.	Aquisição Ativos	Alienação Ativos	Rec. Dividendos
ACP Serviços de Assistência	735 329,98	4 045 870,63	2 000,00	913,01	-
ACP Motorsport	635,50	-	-	-	-
ACP Mobilidade	-	579 086,32	-	-	727 992,05
ACP Seguros	438 360,91	-	-	-	-
ACP Viagens e Turismo	-	17 047,40	-	-	-
	1 174 326,39	4 642 004,35	2 000,00	913,01	727 992,05

	SALDOS				
	Clientes	Fornecedores	Adiantamento Clientes	Outras contas rec./pagar	Inv. Financeiros
ACP Serviços de Assistência	-	(2 128 506,07)	-	-	-
ACP Motorsport	-	-	-	40 796,70	-
ACP Mobilidade	167,08	(459 652,40)	-	(8 695,50)	-
ACP Comunicações	-	-	-	-	100 000,00
ACP Seguros	51 704,40	-	-	-	-
ACP Viagens e Turismo	14 662,80	(32 960,46)	-	-	-
	66 534,28	(2 621 118,93)	0,00	32 101,20	100 000,00

## ii. Empresas associadas

	TRANSAÇÕES		SALDOS		
	Rend. Op.	Gastos Op.	Clientes	Fornecedores	Outras contas a pagar (oper.)
Villas Boas ACP	-	55 384,46	-	-	-
	0,00	55 384,46	0,00	0,00	0,00

## iii. Pessoal-chave da gestão

Os elementos que constituem a Direção do ACP não auferem remuneração.

# 07.

## ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	INICIO DO PERÍODO			FINAL DO PERÍODO		
	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89	0,00	1 608 890,89	1 608 890,89	0,00	1 608 890,89
Edifícios e outras construções	19 675 663,38	12 311 920,23	7 363 743,15	19 658 187,15	12 846 454,80	6 811 732,35
Equipamento básico	1 363 986,35	1 267 199,91	96 786,44	1 338 455,02	1 258 175,34	80 279,68
Equipamento de transporte	864 682,27	809 881,28	54 800,99	792 727,58	769 108,80	23 618,78
Equipamento administrativo	4 599 306,27	4 542 670,43	56 635,84	4 481 798,00	4 438 772,42	43 025,58
Investimentos em Curso	26 414,37	0,00	26 414,37	31 977,56	0,00	31 977,56
	<b>28 138 943,53</b>	<b>18 931 671,85</b>	<b>9 207 271,68</b>	<b>27 912 036,20</b>	<b>19 312 511,36</b>	<b>8 599 524,84</b>

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2015 são analisados como segue:

	SALDO INICIAL	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRS. E ABATES	DEPRECIAÇÕES	REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>								
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89							1 608 890,89
Edifícios e outras construções	7 363 743,15	21 375,13		(38 851,36)	(573 385,93)		38 851,36	6 811 732,35
Equipamento básico	96 786,44	54 459,23		(79 990,56)	(70 965,85)		79 990,42	80 279,68
Equipamento de transporte	54 800,99	2 303,60	(74 258,29)		(33 485,81)		74 258,29	23 618,78
Equipamento administrativo	56 635,84	11 831,50	(824,22)	(128 515,55)	(25 283,64)		129 181,65	43 025,58
Investimentos em Curso	26 414,37	5 563,19						31 977,56
	<b>9 207 271,68</b>	<b>95 532,65</b>	<b>(75 082,51)</b>	<b>(247 357,47)</b>	<b>(703 121,23)</b>	<b>0,00</b>	<b>322 281,72</b>	<b>8 599 524,84</b>

Os ativos nos seguintes montantes estão dados como garantia de cumprimento de passivos (ver nota 18), nas formas apresentadas:

	QUANTIA ESCRITURADA BRUTA	GARANTIAS DE PASSIVOS
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>		
Terrenos e Recursos Naturais	6 356 734,77	Hipoteca
	<b>6 356 734,77</b>	

O valor da hipoteca está limitado ao capital em dívida, acrescido de eventuais juros e despesas.

## 08. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

### 8.1 Investimentos em subsidiárias

As empresas subsidiárias do ACP são incluídas no respetivo perímetro de consolidação e consolidadas através do método de consolidação integral. A empresa associada Villas Boas ACP, Lda é consolidada através do método da equivalência patrimonial. Os investimentos em subsidiárias detalham-se como segue:

	INVESTIMENTOS FINANCEIROS		% DE PARTICIPAÇÃO DIRETA	% DE PARTICIPAÇÃO INDIRETA
	31/12/15	31/12/14		
<b>PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS</b>				
ACP Viagens e Turismo, Lda (a)	0,00	0,00	60,00%	40,00%
ACP Mobilidade, SA (b)	3 859 516,35	4 222 881,31	97,86%	2,14%
ACP Motorsport, Lda ( c)	11 086,85	12 973,16	95,00%	5,00%
ACP Comunicações, Lda (d)	0,00	0,00	100,00%	0,00%
ACP Serviços de Assistência, Lda ( e)	227 746,22	267 595,62	0,00%	100,00%
ACP Seguros (f)	671 340,83	588 509,25	75,00%	8,25%
ACP Seguros - goodwill	4 919 187,04	4 919 187,04	75,00%	8,25%
	<b>9 688 877,29</b>	<b>10 011 146,38</b>		
<b>PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES</b>				
ACP Viagens, Lda	231 977,61	184 373,45		
ACP Comunicações, Lda	39 631,47	34 822,33		
	<b>271 609,08</b>	<b>219 195,78</b>		
<b>IMPARIDADE DE ACTIVOS</b>				
	0,00	0,00		
	<b>9 960 486,37</b>	<b>10 230 342,16</b>		

(a) Participação detida diretamente em 60% do Capital pelo ACP e indiretamente em 40% por via do ACP-Mobilidade.

(b) Participação detida diretamente em 97,86% pelo ACP e os restantes 2,14% por via de outras empresas interligadas.

(c) Participação detida diretamente em 95% pelo ACP e os restantes 5% por via de ACP-Viagens, Lda.

(d) Participação detida diretamente em 100% pelo ACP.

(e) Part. detida ind. pelo ACP em 100% do seu Capital por via do ACP-Mobilidade (90%) e do ACP-Viagens e Turismo (10%).

(f) Participação detida diretamente em 75% do Capital pelo ACP e indiretamente em 8,25% por via da Villas Boas ACP.

Ao valor de investimentos em subsidiárias de Euro 9.960.486 (2014: Euro 10.230.342) acresce a participação em associadas (ver nota 8.2), de Euro 6.892.178 (2014: Euro 6.729.392), totalizando Euro 16.852.665 (2014: Euro 16.959.734).

O quadro seguinte resume a principal informação financeira das empresas subsidiárias:

	INFORMAÇÃO FINANCEIRA					
	Ativo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	Ano
ACP Viagens e Turismo, Lda	638 131,08	251 501,75	386.629,33	79 340,26	481 537,16	2015
ACP Mobilidade, SA	4 517 453,44	653 667,54	3 863 785,90	380 546,80	1 121 308,36	2015
ACP Serviços de Assistência, Lda	4 805 884,18	2 528 421,78	2 277 462,40	116 661,24	10 098 342,13	2015
ACP Motorsport, Lda	64 398,54	53 311,69	11 086,85	(1 886,31)	90 424,80	2015
ACP Seguros, Lda	2 994 381,28	2 099 260,18	895 121,10	110 442,11	2 259 475,58	2015
ACP Comunicações, Lda	39 631,47	0,00	39 631,47	4 809,14	0,00	2015

Os ganhos imputados de subsidiárias foram de 460.136,26 euros, os ganhos de associadas 375.393,02 euros, totalizando 833.529,28 euros.

## 8.2 Investimentos em associadas

O ACP detém uma participação de 33% na empresa Villas Boas ACP a qual se encontra apresentada nos quadros seguintes:

	INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	Valor 31/12/2014	Ajustamento invest. finan.	Alienação	Dividendos	Equivalência patrimonial	Valor 31/12/2015
% de participação direta	33%					33%
% de participação indireta	33%					33%

### PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Villas Boas ACP, Lda (Met. Eq. Patrimonial)	1 592 346,20	28 960,08	0,00	(241 566,58)	375 393,02	1 755 132,72
Villas Boas ACP, Lda (Goodwill)	5 137 045,67	0,00	0,00	0,00	0,00	5 137 045,67
<b>TOTAL</b>	<b>6 729 391,87</b>	<b>28 960,08</b>	<b>0,00</b>	<b>(241 566,58)</b>	<b>375 393,02</b>	<b>6 892 178,39</b>

O quadro seguinte apresenta a principal informação financeira da empresa associada:

	INFORMAÇÃO FINANCEIRA					Ano
	Activo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	
Villas Boas ACP,Lda	23 452 988,77	18 134 404,76	5 318 584,01	1 137 554,61	7 254 494,11	2015

## 09. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o ACP configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 é de 12 anos. Para os exercícios de 2012 e 2013 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de cinco anos de tributação. Este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais reportáveis apurados nos períodos de 2010 e 2011 e seis anos para os períodos de tributação anteriores.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efectuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados. Este limite ascende a 75% para os exercícios de 2012 e 2013.

Conforme referido na Nota 3 n), o IRC é calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, nomeadamente no n.º 4 do art.º 80º do CIRC. Na circunstância não existe matéria coletável em relação ao exercício de 2015, correspondendo o encargo com imposto sobre o rendimento do exercício à tributação autónoma de despesas específicas.



O ACP apresenta diferenças temporárias decorrentes da amortização de ativos reavaliados, de ajustamentos de dívidas a receber para além dos limites fiscais e de provisões não dedutíveis fiscalmente que resultariam na contabilização de ativos por impostos diferidos nos termos da NCRF 25. Estes ativos não são contabilizados, uma vez que não é possível prever a sua reversão.

## 10. INVENTÁRIOS

A rubrica Inventários é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31/12/15	31/12/14
Mercadorias	359 409,13	355 617,17
Matérias-Primas	8 005,39	6 836,02
	367 414,52	362 453,19
Imparidades do período	0,00	0,00
Imparidades de períodos anteriores	(118 356,00)	(118 356,00)
	(118 356,00)	(118 356,00)
<b>TOTAL</b>	<b>249 058,52</b>	<b>244 097,19</b>

PERDAS POR IMPARIDADE	SALDO INICIAL	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
INVENTÁRIOS				
Mercadorias	117 203,44	0,00	0,00	117 203,44
Matérias-Primas	1 152,56	0,00	0,00	1 152,56
	118 356,00	0,00	0,00	118 356,00

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS	
	2015	2014	2015	2014
Existências iniciais	355 617,17	398 301,03	6 836,02	6 680,44
Compras	292 385,20	249 937,11	27 284,79	23 269,94
Regularização de existências	(789,50)	(1 973,02)	(9,27)	100,61
Existências finais	359 409,13	355 617,17	8 005,39	6 836,02
<b>Custo do período</b>	<b>287 803,74</b>	<b>290 647,95</b>	<b>26 106,15</b>	<b>23 214,97</b>
Custo das mercadorias vendidas	263 906,55	263 311,68		
Ofertas a sócios (camp. Angariação)	23 897,19	27 336,27		

Os valores apresentados como gasto do período nas matérias-primas são registados numa conta de Fornecimentos e Serviços Externos – Material de Escritório.

## 11. CONTAS A RECEBER

### 11.1 Contas a receber e imparidades

As rubricas de clientes, associados e outros devedores são analisadas como segue:

CONTAS A RECEBER	31/12/15	31/12/14
<b>VALOR BRUTO</b>		
Clientes	557 149,29	1 178 345,44
Associados	482 663,86	664 665,62
Outros Devedores	366 059,55	245 216,17
<b>TOTAL</b>	<b>1 405 872,70</b>	<b>2 088 227,23</b>
<b>IMPARIDADES TOTAIS</b>		
Clientes	189 870,75	412 249,04
Associados	32 999,39	31 658,04
Outros Devedores	57 502,91	15 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>280 373,05</b>	<b>458 907,53</b>
<b>VALOR LÍQUIDO</b>		
Clientes	367 278,54	766 096,40
Associados	449 664,47	633 007,13
Outros Devedores	308 556,64	230 216,17

TOTAL	1 125 499,65	1 629 319,70
-------	--------------	--------------

Em 31 de Dezembro de 2014 o saldo de clientes incluía duas dívidas pontuais que influenciavam de forma significativa o mesmo. Estas dívidas foram regularizadas em Janeiro de 2015.

## 11.2 Imparidades

Os movimentos das perdas por imparidades são analisados como segue:

	SALDO INICIAL	REFORÇO	REVERSÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
CONTAS A RECEBER					
Clientes	412 249,04	5 150,00	(185 634,51)	(41 893,78)	189 870,75
Associados	31 658,49	1 340,90	0,00	0,00	32 999,39
Outros Devedores	15 000,00	42 502,91	0,00	0,00	57 502,91
	458 907,53	48 993,81	(185 634,51)	(41 893,78)	280 373,05

## 11.3 Antiguidade dos saldos de clientes

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

	TOTAL VALOR NOMINAL	< 90 DIAS	ENTRE 91 E 180 DIAS	ENTRE 181 E 360 DIAS	> 360 DIAS
CONTAS A RECEBER					
Clientes	557 149,29	349 465,84	18 217,11	3 677,35	185 788,99
	557 149,29	349 465,84	18 217,11	3 677,35	185 788,99

## 12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31/12/15		31/12/14	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
Imposto sobre o rendimento	151 592,46	-	44 083,95	-
Retenções efectuados S/ IR	-	103 369,07	-	102 852,36
IVA	-	142 676,03	-	203 969,67
Contribuições para a Segurança Social	-	130 627,91	-	132 299,67
Outros impostos	-	212,91	747,60	-
	151 592,46	376 885,92	44 831,55	439 121,70

Não existem dívidas em mora ao Estado, designadamente de quaisquer impostos ou de contribuições para a Segurança Social.

## 13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

	31/12/15	31/12/14
DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS		
Proveitos financeiros	424,31	13 459,97
Rendimentos associados a provas desportivas	53 000,00	0,00
Outros Rendimentos	117 678,52	63 745,93
	171 102,83	77 205,90
OUTRAS CONTAS A RECEBER		
Empresas do grupo	86 916,11	104 052,34
Pessoal	17 276,95	45 639,19
Outros	33 260,75	3 318,74
	137 453,81	153 010,27
<b>TOTAL</b>	<b>308 556,64</b>	<b>230 216,17</b>

Os acréscimos de rendimentos correspondem à especialização de valores faturados em 2016, mas que dizem respeito a 2015, designadamente comissões ao abrigo de contratos com outras entidades e juros de depósitos a prazo.

## 14. DIFERIMENTOS

	31/12/15	31/12/14
<b>DIFERIMENTOS (ATIVO)</b>		
Gastos de licenciamento	104 769,89	124 067,72
Gastos associados a provas desportivas	35 468,06	38 165,06
Rendas	30 735,49	30 052,25
Outros gastos diferidos	7 752,77	54 370,49
	<b>178 726,21</b>	<b>246 655,52</b>
<b>DIFERIMENTOS (PASSIVO)</b>		
Quotas de sócios ordinários referentes ao ano seguinte	2 252 417,34	2 205 700,67
Outros rendimentos	240 000,20	320 000,00
	<b>2 492 417,54</b>	<b>2 525 700,67</b>

Os diferimentos de gastos resultam de gastos suportados antecipadamente, nomeadamente com licenciamento de software, rendas das delegações, seguros e comissões de angariação de sócios cujo rédito apenas será reconhecido em 2016.

Os diferimentos de rendimentos dizem respeito às quantias das quotas emitidas em 2015, mas cuja validade é superior a 31 de Dezembro de 2015, assim como aos valores recebidos no início de contratos plurianuais, os quais são integrados de forma linear ao longo do período de vida dos mesmos.

## 15.

### ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Encontram-se mensurados ao justo valor todos os títulos com cotações divulgadas publicamente, sendo as respetivas alterações reconhecidas na demonstração dos resultados. Os custos de transação não estão incluídos na mensuração inicial dos títulos.

## 16.

### FUNDOS PATRIMONIAIS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 30 de Abril de 2015, o Resultado do Exercício de 2014 teve a seguinte aplicação:

- Fundo Social - (1.018.042,47) Euros
- Ajustamentos em Ativos Financeiros - 1.166.893,88 Euros

#### 16.1 Ajustamentos em ativos financeiros

RELACIONADOS COM O MET. EQ. PATRIMONIAL	31/12/15	31/12/14
Ajustamentos de transição	1 109 399,56	1 109 399,56
Lucros não atribuídos	444 700,60	314 800,58
Decorrentes outras variações cap. prop. part.	(432 021,79)	(460 981,87)
<b>TOTAL</b>	<b>1 122 078,37</b>	<b>963 218,27</b>

Os ajustamentos em partes de capital em associadas do exercício foram descritos no quadro abaixo e decorrem da transferência de resultados por lucros não atribuídos e de ajustamentos de capital.

	TRANSF. RESULTADOS	LUCROS DISTRIBUÍDOS	AJUST. CAP. PRÓP.	TOTAL
ACP Serviços de Assistência	57 239,47	(52 195,15)		5 044,32
ACP Viagens	57 710,44	(97 774,27)		(40 063,83)
ACP Mobilidade	826 568,62	(743 911,76)		82 656,86
ACP Motorsport	(22 424,45)			(22 424,45)
ACP Seguros	49 652,27			49 652,27
Villas Boas ACP	298 545,89	(241 566,58)	28 960,08	85 939,39
ACP Comunicações	(1 944,46)			(1 944,46)
	1 265 347,78	(1 135 447,76)	28 960,08	158 860,10

## 17.

### PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

#### 17.1 Provisões:

A rubrica de Provisões é analisada como se segue:

	SALDO INICIAL	AUMENTO	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDO FINAL
PROVISÕES					
Provisões para processos judiciais em curso	90 844,70		(15 000,00)	(75 844,70)	0,00
	90 844,70	0,00	(15 000,00)	(75 844,70)	0,00

A reversão da provisão para processos judiciais corresponde a um processo do foro laboral que findou em 2015.

À data do Balanço não existem litígios que impliquem perdas potenciais, pelo que a Gestão considera não existirem razões para a constituição de provisões.

## 18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O empréstimo contraído para efeitos de remodelação das instalações do Prior Velho, propriedade do ACP, no valor inicial de 3.000.000 Euros está atualmente registado por 1.788.461,49 euros (devido às amortizações de capital ocorridas). Os juros relativos a este empréstimo registados em 2015 foram de 15.026,32 euros.

O quadro seguinte resume o plano de amortizações contratado:

	PAGAMENTOS < 1 ANO	PAGAMENTOS ENTRE 1 E 5 ANOS	PAGAMENTOS > 5 ANOS	TOTAL
Empréstimo de médio e longo prazo	230 769,23	923 076,92	634 615,34	1 788 461,49
	230 769,23	923 076,92	634 615,34	1 788 461,49

A taxa de juro aplicável a este contrato corresponde ao indexante Euribor 3 meses acrescida de um spread de 0,75%. Os restantes passivos financeiros estão mensurados ao custo.

### 18.1 Ativos dados como garantia de passivos

Encontra-se hipotecado o edifício situado no Prior Velho, com uma quantia escriturada bruta de 6.356.734,77 euros, como garantia do empréstimo efetuado para remodelação do mesmo edifício.

## 19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 19.1 Benefícios pós emprego

Como referido na Nota 3 k), o ACP assumiu a responsabilidade pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, a qual é determinada com base em estudos atuariais.

O método utilizado no estudo atuarial foi o “Projected Unit Credit” e os pressupostos atuariais utilizados por referência a 31 de Dezembro de 2015, resumam-se como se segue:



- Tabela de Mortalidade: TV 88/90;
- Tabela de Invalidez: EKV 80;
- Taxa de Rendimento do Fundo: 3%;
- Taxa Técnica de Juro: 3%;
- Taxa de Crescimento Salarial: 2%;
- Taxa de Revalorização utilizada no cálculo da remuneração de referência da Segurança Social: 2,5%;
- Cálculo da Pensão da Segurança Social através do Decreto-Lei nº 187/2007, com as alterações introduzidas pela Lei nº64-A/2008 e pelo Decreto-Lei nº167 D/2013.

O movimento na conta de Provisões foi o seguinte:

Saldo Inicial	685 874,02
Custo dos serviços correntes	3 119,33
Reforço de provisão	83 781,60
Utilização da provisão	(82 772,12)
Saldo Final	690 002,83

Em 31 de Dezembro de 2015 encontravam-se abrangidos por este plano 81 empregados no ativo.

A provisão em 31 de Dezembro de 2015 no montante de 690.002,83 euros assegura a cobertura da totalidade das responsabilidades por serviços passados reportadas a essa data.

## 20. FORNECEDORES

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

	31/12/15	31/12/14
Fornecedores Gerais	1 753 991,44	1 903 527,29
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	2 621 118,94	3 391 858,48
<b>TOTAL</b>	<b>4 375 110,38</b>	<b>5 295 385,77</b>

O saldo de fornecedores – empresas subsidiárias é essencialmente composto por dívidas à ACP Serviços de Assistência, Lda..

## 21. ASSOCIADOS

O saldo desta rubrica é composto essencialmente por recebimentos em 2015 de quotas emitidas em 2016.

## 22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

	31/12/15	31/12/14
CREDITORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS		
Encargos com férias e subsídio de férias	989 061,05	1 005 637,35
Gastos associados a provas desportivas	38 362,92	91 205,08
Comissões	52 418,78	71 711,75
Encargos financeiros	460,86	599,43
Outros gastos	44 526,48	48 203,92
	<b>1 124 830,09</b>	<b>1 217 357,53</b>
OUTRAS CONTAS A PAGAR		
Recebimentos por conta	69 017,90	91 038,27
Fornecedores de Investimentos	21 775,05	28 336,17
Entidades oficiais	14 059,69	26 925,00
Empresas associadas	612,11	0,00
Empresas do grupo	0,00	0,00
Outros	49 739,16	21 539,65
	<b>155 203,91</b>	<b>167 839,09</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1 280 034,00</b>	<b>1 385 196,62</b>

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, subsídio de férias e os respetivos encargos a pagar são contabilizados nos custos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de acréscimos de gastos, independentemente da data do respetivo pagamento.

## 23. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

	2015	2014
VENDAS	389 215,50	358 120,69
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
Jóias e quotas dos sócios	12 977 505,68	13 870 670,65
Rendimentos de protocolos diversos	1 522 211,80	1 613 821,15
Rendimentos com patrocínios e publicidade	1 365 687,55	1 567 913,79
Rendimentos com serviços de documentação	1 195 938,88	1 319 576,20
Rendimentos de inscrições em provas desportivas	1 255 075,30	1 115 398,57
Centros de exames de condução	986 374,63	887 573,11
Serviços prestados a associadas	727 474,42	822 733,56
Rendimentos com escolas de condução	429 087,46	473 502,95
Outros rendimentos relacionados com provas e eventos desportivos	379 913,28	215 631,95
Outros serviços prestados	444 163,01	465 011,98
	21 283 432,01	22 351 833,91
	21 672 647,51	22 709 954,60

## 24. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios abaixo discriminados destinaram-se a apoiar a realização de provas desportivas e programas relacionados com a prevenção rodoviária, foram reconhecidos no período em que foram recebidos ou quando se verificaram as condições para o reconhecimento do rédito:

	2015	2014
Instituto Turismo Portugal	0,00	800 000,00
FIA - Federação Internacional do Automóvel	25 100,00	23 486,00
Autarquias	341 500,00	0,00
Outros	11 915,85	38,40
	<b>378 515,85</b>	<b>823 524,40</b>

## 25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	2015	2014
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Bases de Pronto Socorro	4 673 936,75	5 268 671,39
Publicidade e Propaganda	1 581 630,26	2 006 374,10
Trabalhos Especializados	1 535 821,07	1 483 636,77
Rendas e Alugueres	1 225 429,42	1 360 297,58
Deslocações e Estadas	913 020,40	959 979,90
Vigilância e Segurança	480 133,95	692 820,69
Comunicação	659 005,75	663 426,79
Seguros	645 078,14	655 683,40
Conservação e Reparação	615 615,96	620 912,73
Honorários	457 918,95	382 227,50
Eletricidade	224 384,78	245 488,06
Combustíveis	139 651,38	201 230,49
Outros subcontratos para os sócios	148 622,80	170 297,86
Serviços de limpeza	137 104,39	139 439,91
Serviços de preparação revista e guia	166 754,61	136 151,71
Outros	362 121,06	357 859,29
	<b>13 966 229,67</b>	<b>15 344 498,17</b>

## 26. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de Gastos com o Pessoal é analisada como segue:

	2015	2014
GASTOS COM O PESSOAL		
Remunerações	5 614 613,25	5 912 043,45
Encargos	1 150 514,00	1 207 328,55
Indemnizações	73 247,87	157 324,15
Equipamento para o pessoal	76 959,29	54 867,92
Seguros de grupo	71 357,88	50 841,26
Seguro de acidentes trabalho	38 392,76	40 912,01
Formação Profissional	5 359,67	5 327,79
Benefícios pós-emprego	3 119,33	2 093,48
Outros	20 478,88	21 468,87
	7 054 042,93	7 452 207,48

Durante o exercício de 2015 o ACP teve ao seu serviço, em média, 228 pessoas. Em 2014 tinha ao seu serviço 233 pessoas.

O ACP possui benefícios pós emprego atribuídos a colaboradores, os quais se encontram detalhados na nota 19.

## 27. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

	2015	2014
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Rendimentos suplementares	50 792,11	102 094,90
Rend. e ganhos em invest. não financ.	14 061,52	60 740,77
Correções relativas a Exerc. Anteriores	30 216,86	33 607,86
Ganhos em inventários	1 758,52	1 191,88
Outros	20 197,60	39 223,37
	117 026,61	236 858,78

## 28. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

	2015	2014
OUTROS GASTOS E PERDAS		
Gastos da área desportiva	373 858,66	436 633,70
Serviços bancários	113 613,16	107 167,36
Perdas anulação resp. ben. pós emprego	83 781,60	17 013,40
Quotizações	69 071,19	64 616,98
Correcções Relativas a Exerc. Anteriores	65 232,61	6 032,98
Impostos	57 539,71	19 585,21
Ofertas a amostras de inventários	23 897,19	27 336,27
Perdas em inventários	2 557,39	17 551,85
Dívidas Incobráveis	1 047,57	19 296,12
Donativos	0,00	50 120,00
Outros	30 412,95	45 272,52
	<b>821 012,03</b>	<b>810 626,39</b>

## 29. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

O total dos futuros pagamentos mínimos não canceláveis apresenta-se como segue:

PAGAMENTOS MÍNIMOS FUTUROS	PAGAMENTOS < 1 ANO	PAGAMENTOS ENTRE 1 E 5 ANOS	PAGAMENTOS > 5 ANOS	TOTAL
LOCAÇÕES OPERACIONAIS				
Viaturas	149 643,59	317 335,43	0,00	466 979,01
	<b>149 643,59</b>	<b>317 335,43</b>	<b>0,00</b>	<b>466 979,01</b>

## 30. GARANTIAS BANCÁRIAS

Foram solicitadas garantias bancárias a favor de terceiros:

Santander Totta - crédito de fiança e importações	4 239,78
Santander Totta - financeira	39 230,34
BPI - aluguer de instalações	154 670,89
BPI - pensão de acidente de trabalho	15 727,08
	<b>213 868,09</b>

## 31. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS (HONORÁRIOS ROC, CSC 66ºA)

Embora o ACP não se encontra constituído sob a forma de sociedade, nos termos do artigo 66ºA do Código das Sociedades Comerciais informa-se o seguinte:

- Não existem operações relevantes que não estejam incluídas no Balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi de 29 047,00 Euros, dos quais 23 847,00 Euros correspondem à Auditoria anual das contas e 5 200,00 Euros a serviços de consultoria fiscal.

O Diretor Financeiro  
André Veloso Ferreira dos Santos (Contabilista Certificado n.º 74174)

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### ***Introdução***

01. Examinámos as demonstrações financeiras do Automóvel Club de Portugal, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 29.926.287 euros e um total do fundo de capital de 17.719.595 euros, incluindo um resultado líquido de 403.051 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração de fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### ***Responsabilidades***

02. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

03. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ***Âmbito***

04. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



05. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

06. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### ***Opinião***

07. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Automóvel Club de Portugal em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do sector não lucrativo.

### ***Relato sobre outros requisitos legais***

08. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 4 de Abril de 2016

KPMG & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
representada por  
João Paulo da Silva Pratas (ROC n.º 965)

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	9 616 882,77	10 263 161,17
Goodwill	9	4 919 187,04	4 919 187,04
Ativos intangíveis	10	3 521,29	652,78
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11	6 892 178,39	6 729 391,87
Outros ativos financeiros		2 985,81	1 130,43
Ativos por impostos diferidos	12	68 324,86	64 112,53
		<b>21 503 080,16</b>	<b>21 977 635,82</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Inventários	13	491 308,47	470 137,26
Clientes	14	3 456 219,10	3 264 136,73
Adiantamentos a fornecedores	15	54 708,59	34 049,19
Estado e outros entes públicos	16	342 807,18	350 100,12
Associados	14	449 622,47	633 007,13
Outras contas a receber	14; 17	660 875,06	465 045,48
Diferimentos	18	357 097,56	396 570,14
Ativos financeiros detidos para negociação	19	462 639,67	451 591,01
Outros ativos financeiros	4	317 620,54	487 859,89
Caixa e depósitos bancários	4	4 669 196,15	3 907 985,75
		<b>11 262 094,79</b>	<b>11 129 292,01</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>32 765 174,95</b>	<b>33 106 927,83</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	20	16 874 235,53	16 752 362,21
Ajustamentos em ativos financeiros	20	382 989,09	310 793,61
Resultado líquido do período		448 102,92	195 403,39
		<b>17 705 327,54</b>	<b>17 258 559,21</b>
Interesses minoritários		196 169,74	179 618,99
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>		<b>17 901 497,28</b>	<b>17 438 178,20</b>

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	21	148 419,10	300 895,15
Financiamentos obtidos	22	1 607 510,28	1 806 909,89
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	23	750 849,82	729 527,84
		2 506 779,20	2 837 332,88
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores		4 498 810,06	4 207 904,54
Adiantamentos de clientes		54 625,70	95 113,40
Estado e outros entes públicos	16	768 027,44	782 056,64
Associados	24	1 203 779,36	1 128 919,06
Financiamentos obtidos	22	247 747,97	276 711,09
Outras contas a pagar	25	2 499 618,89	2 515 810,95
Diferimentos	18	3 084 289,05	3 156 091,76
		12 356 898,47	12 831 416,75
TOTAL DO PASSIVO		14 863 677,67	15 668 749,63
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		32 765 174,95	33 106 927,83

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	26	29 427 310,12	29 967 693,28
Subsídios, doações e legados à exploração	27	379 256,55	823 785,96
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11	375 393,01	300 216,95
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(826 264,60)	(744 327,66)
Fornecimentos e serviços externos	28	(14 640 747,79)	(15 058 094,30)
Gastos com o pessoal	29	(12 682 836,02)	(13 081 012,70)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	113 776,76	84 369,40
Provisões (aumentos/reduções)	21	99 804,18	(47 538,49)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	76,57
Aumentos/reduções de justo valor		(659,41)	6 686,20
Outros rendimentos e ganhos	30	290 104,01	468 287,35
Outros gastos e perdas	31	(1 048 733,22)	(1 065 888,68)
<b>Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>1 486 403,59</b>	<b>1 654 253,88</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8; 10	(901 405,36)	(1 204 461,88)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	(17 300,00)
<b>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>584 998,23</b>	<b>432 492,00</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		46 399,13	87 139,95
Juros e gastos similares suportados		(15 399,45)	(23 022,49)
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>615 997,91</b>	<b>496 609,46</b>
Imposto sobre o rendimento do período	12	(167 894,99)	(301 206,07)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>448 102,92</b>	<b>195 403,39</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>		<b>448 102,92</b>	<b>195 403,39</b>
Detentores do capital empresa-mãe		420 492,39	178 852,64
Interesses minoritários		27 610,53	16 550,76

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA  
DOS FLUXOS DE CAIXA  
DO PERÍODO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO</b>			
Recebimentos de clientes		28 675 163,58	30 329 834,94
Pagamentos a fornecedores		14 673 327,80	(15 798 165,69)
Pagamentos ao pessoal		(12 666 272,51)	(13 185 456,14)
<b>CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES</b>		<b>1 335 563,27</b>	<b>1 346 213,11</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(16 164,43)	(490 630,88)
Outros recebimentos/pagamentos		(540 405,69)	(1 166 778,33)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>		<b>778 993,15</b>	<b>(311 196,10)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(230 005,13)	(575 648,61)
Ativos intangíveis		(4 920,00)	(723,24)
Investimentos financeiros		(2 359,84)	(1 123,93)
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		27 197,27	130 936,72
Ativos intangíveis Investimentos financeiros		5 592,87	11 186,56
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		33 721,63	83 794,13
Dividendos		241 566,58	703 596,78
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>70 793,38</b>	<b>352 018,41</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Coertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento			1 671,07
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(610,66)	(2 614,28)
Juros e gastos similares		(16 386,92)	(23 164,17)
Dividendos			(25 000,00)
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento		(230 769,24)	(230 769,24)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>		<b>(247 766,82)</b>	<b>(279 876,62)</b>
<b>Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)</b>		<b>602 019,71</b>	<b>(239 054,31)</b>
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Efeito da alteração no perímetro de consolidação			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		4 847 436,65	5 086 490,96
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		5 449 456,36	4 847 436,65

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA  
DAS ALTERAÇÕES  
NOS FUNDOS PATRIMONIAIS  
NO PERÍODO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Unidade: Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2014 (1)	
Exced. reval. ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	
Ajustamentos por impostos diferidos	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	
(2)	
Resultado Líquido do Período (3)	
RESULTADO INTEGRAL (4=2+3)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	
(5)	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2014 (6=1+2+3+5)	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2015 (6)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	
Exced. reval. ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	
(7)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (8)	
RESULTADO ÍNTEGRAL (9=7+8)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	
(10)	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015 (6+7+8+10)	

FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE												INTERESSES MINORIT.	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
Fundos	Excedentes técnicos	Outros Instrum. Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transit.	Ajustam. Ativos Financeiros	Excedentes de Revaloriz.	Outras Variações Fundos Patrim.	Resultado Líquido do Período	Total		
16 335 830,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	509 896,26	0,00	0,00	180 993,88	17 026 721,10	112 770,99	17 139 492,09
							13 222,71				13 222,71		13 222,71
											0,00		0,00
416 531,25							(212 325,36)			(180 993,88)	23 212,01		23 212,01
416 531,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(199 102,65)	0,00	0,00	(180 993,88)	36 434,72	0,00	36 434,72
										195 403,39	195 403,39	66 848,00	262 251,39
									0,00	14 409,51	14 409,51	66 848,00	81 257,51
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 752 362,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310 793,61	0,00	0,00	195 403,39	17 258 559,21	179 618,99	17 438 178,20
16 752 362,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310 793,61	0,00	0,00	195 403,39	17 258 559,21	179 618,99	17 438 178,20
							(8 951,91)				(8 951,91)		(8 951,91)
121 873,32							85 939,39			(195 403,88)	12 409,32		12 402,39
121 873,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76 987,48	0,00	0,00	(195 403,88)	3 457,41	0,00	3 457,41
										448 102,92	448 102,92	16 550,76	464 653,68
									0,00	252 699,53	252 699,53	16 550,76	269 250,29
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 874 235,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	387 781,09	0,00	0,00	448 102,92	17 710 119,54	196 169,75	17 906 289,29

## 01. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O ACP – Automóvel Club de Portugal (adiante designado por ACP) é uma pessoa coletiva de utilidade pública (NIPC 500700800), fundada em 1903, tendo como objeto estatutário a promoção e o desenvolvimento do automobilismo e do turismo, sobretudo no que respeita à defesa dos interesses dos seus associados e em todos os campos relacionados com aqueles objetivos.

O ACP tem sede na Rua Rosa Araújo, 24, 1250-195 Lisboa.

Constituem receitas do ACP, essencialmente, as joias e as quotas pagas pelos sócios, as quais têm como contrapartida a utilização de bens e serviços que o ACP proporciona aos seus associados em todos os campos relacionados com os objetivos acima referidos, incluindo a prestação de serviços de assistência em viagem, os quais são essencialmente prestados pela ACP Serviços de Assistência, Lda.

Todos os valores apresentados são expressos em euro.

## 02. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras do ACP foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e do Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), pelos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), pelo Código de Contas (CC), pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), pelas Normas Interpretativas e pela Estrutura Conceptual.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.



As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros e foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade e em conformidade com o regime de acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, da substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2015 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2014.

2.2 Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Não existem contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

2.4 As demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de Dezembro de 2014, preparada de acordo com o SNC e do relato financeiro para entidades do setor não lucrativo.

## 03.

### PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos,

passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

#### a) *Bases de Consolidação*

As empresas do grupo ou subsidiárias são consolidadas pelo método de consolidação integral. São consideradas empresas do grupo as empresas controladas pelo ACP. Existe controlo quando o ACP tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma. Pressupõe-se a existência de controlo quando a participação direta ou indireta é superior a 50% ou quando o ACP tem o poder de designar mais de metade dos membros do órgão de gestão ou quando o ACP tem mais de metade dos direitos de voto.

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o ACP adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para o ACP, caso em que seria usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o ACP tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o ACP exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada. A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de gestão de direção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre o Clube e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

O *goodwill* relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse goodwill não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor

nos resultados da associada. Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

Dado que o goodwill incluído na quantia escriturada de um investimento, quando aplicado o método de equivalência patrimonial, não é reconhecido separadamente, a totalidade da quantia escriturada do investimento é testada quanto à imparidade, quando existam indicadores que indiquem que a associada possa estar em imparidade, comparando a sua quantia recuperável com a sua quantia escriturada do investimento.

O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

#### ***b) Ativos fixos tangíveis***

Os ativos fixos tangíveis, com exceção dos mencionados no parágrafo seguinte, encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF-ESNL o ACP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7. Os ativos adquiridos até 31 de Dezembro de 1998 foram reavaliados de acordo com as disposições legais em vigor. Nos exercícios seguintes às reavaliações do seu imobilizado, através da aplicação da respetiva disposição legal foi transferida a totalidade do valor da reserva de reavaliação para o Fundo Social.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o ACP.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O ACP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta, por referência ao início do exercício em que os bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais nos termos do Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens, com exceção dos veículos utilizados no ensino da condução, os quais têm um período de vida útil de 8 anos e um valor residual correspondente a 10% do respetivo valor de aquisição.

As depreciações são calculadas sobre as quantias depreciáveis que correspondem ao custo do ativo deduzido do respetivo valor residual. As taxas de depreciação mais relevantes são as seguintes:

	TAXAS	VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções	1,25% - 20%	5 anos - 80 anos
Equipamento básico	10,0% - 20%	5 anos - 10 anos
Equipamento de transporte	12,5% - 25%	4 anos - 8 anos
Ferramentas e utensílios	20% - 25%	4 anos - 5 anos
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%	3 anos - 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	12,5% - 20%	5 anos - 8 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

São classificados como ativos fixos tangíveis os ativos subjacentes aos contratos de locação financeira, nos quais se verifique a transferência para o locatário de todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

### ***c) Locações***

O ACP classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

#### ***Locações operacionais***

Os pagamentos e recebimentos efetuados pelo ACP à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos ou rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

#### ***Locações financeiras***

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

### ***d) Impostos sobre o rendimento do período***

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do ACP e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do ACP, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do ACP.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos

diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentos em fundos patrimoniais, facto que implica o seu reconhecimento em fundos patrimoniais.

Os impostos diferidos reconhecidos nos fundos patrimoniais, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade, com o estabelecido no parágrafo 16.6 das NCRF-ESNL, o ACP procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Possuir um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

#### *e) Inventários*

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O ACP reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

#### *f) Contas a receber*

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade

identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

#### ***g) Caixa e equivalentes de caixa***

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

#### ***h) Transações em moeda estrangeira***

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

#### ***i) Subsídios***

Os subsídios concedidos pelo governo, autarquias ou associações internacionais não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e, subseqüentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Fundos

Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Clube cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos. Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato ao ACP sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do governo ou de autarquias tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso do ACP, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo ou de autarquias não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torna recebível.

Os subsídios do Governo ou de autarquias condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo ou de autarquias.

***j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes***

São reconhecidas provisões quando:

- O ACP tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;



- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

#### ***Provisões para contratos onerosos***

O ACP reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

#### ***Provisões para reestruturação***

O ACP constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:

- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios diretos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as atividades continuadas da entidade. A provisão para reestruturação não inclui os gastos de voltar a treinar ou deslocalizar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

***k) Benefícios dos empregados***

O ACP reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Em complemento aos benefícios concedidos pelo regime de Segurança Social, os empregados do ACP admitidos até 1 de Março de 1992 beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma. Este plano pressupõe que cada participante terá direito, à data normal de reforma (66 anos), a uma pensão de reforma mensal, pagável 13 vezes ao ano, calculada segundo uma fórmula definida pelo plano.

O complemento de reforma existente no ACP corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do ACP com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O ACP reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

***l) Ativos e passivos contingentes***

O ACP não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o ACP divulga o respetivo passivo contingente.

***m) Reconhecimento de gastos e rendimentos***

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

***n) Rédito***

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O ACP tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O ACP não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser estimado com fiabilidade.

O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o ACP;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das quotas de sócio é reconhecido durante os exercícios a que as mesmas correspondem. O rédito das joias é reconhecido no momento da sua faturação.

O valor do diferimento é apurado recorrendo a estimativas efetuadas através da base de dados dos sócios das quotas emitidas em 2015, mas que abrangem uma parte do ano de 2016. O valor apurado é diferido não sendo reconhecido o respetivo rédito no exercício.

O rédito associado com as vendas de viagens é registado pela margem no caso das viagens não exclusivas e pelo grosso no caso das viagens exclusivas.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

***o) Gastos e rendimentos de financiamentos***

Os gastos e rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas antes dos financiamentos serem utilizados e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

***p) Acontecimentos após a data de Balanço***

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 30 de março de 2016, data em que foram aprovadas pela Direção do ACP.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

***q) Instrumentos financeiros***

O ACP reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de fundos patrimoniais apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

O ACP mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O ACP mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida

- do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

#### *r) Imparidade*

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

### **3.3 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo ACP e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo ACP é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo ACP, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do ACP e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

**a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda**

O ACP determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do ACP.

**b) Provisões**

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

**c) Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

**d) Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill**

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O ACP revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no goodwill resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O *goodwill* em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiciem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e do goodwill pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados do ACP.

***e) Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores***

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo ACP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

***f) Impostos sobre os lucros***

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo ACP, durante um período de quatro, seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010) ou 12 anos (no caso de prejuízos gerados a partir de 2014), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do ACP, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

***g) Pensões e outros benefícios a empregados***

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.



### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Direção do ACP situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade do ACP.

### 3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3. Adicionalmente, e apesar do ACP não se encontrar sujeito ao Código das Sociedades Comerciais vem contudo informar as principais políticas de gestão de risco, de acordo com o previsto no artigo 66º do mencionado código:

#### *a) Risco de preço/mercado*

As operações de negócios em moeda estrangeira, especialmente na compra e venda, expõem a entidade a riscos cambiais, como resultado de flutuações nas taxas de câmbio. No entanto, grande parte das transações é efetuada com entidades do Espaço Comunitário, sendo o risco de exposição cambial residual.

No que respeita às variações nas taxas de juro, atendendo ao empréstimo de médio e longo prazo existente, cujos juros contratuais têm por base uma taxa variável, o ACP monitoriza regularmente a evolução do mercado, no sentido de poder utilizar uma estratégia de cobertura do risco de taxa de juro. Uma vez que os contratos com fornecedores / clientes não preveem o vencimento de juros e que os contratos de locação financeira têm valores baixos a gestão entende que o risco se confina ao risco de taxa de juro subjacente ao empréstimo de médio e longo prazo e que o mesmo está avaliado.

#### *b) Risco de liquidez/crédito/fluxos de caixa*

O financiamento do ACP resulta dos respetivos meios libertos, não sendo habitual para a satisfação dos seus compromissos o recurso ao financiamento bancário. O foco da empresa é sobre a gestão de capital circulante e despesas de capital. Como consequência da sua política de gestão do ativo circulante e da sua eficiente gestão, a empresa dispõe atualmente de uma situação confortável em termos de liquidez. Não obstante, os principais riscos decorrem dos compromissos assumidos com os fornecedores e da eventual falta de pagamento dos seus clientes. No entanto, a empresa mantém políticas regulares de cobrança e regularização dos seus compromissos.

## 04. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O ACP classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se como se segue:

	31/12/15	31/12/14
Caixa	67 616,03	68 617,34
Depósitos à Ordem	1 759 080,58	1 031 865,55
Depósitos a Prazo	2 842 499,54	2 807 502,86
Ativos financeiros detidos para negociação	462.639,57	451.591,01
Outros Ativos Financeiros	317.620,54	487.859,89
	5 449 456,36	4 847 436,65

A 31 de dezembro de 2015 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Os depósitos a prazo estão disponíveis para uso, garantindo a sua mobilização imediata apenas com a perda dos juros vencidos. Do total de 2.842.499,54 euros dos depósitos a prazo, está afeto às provisões não-técnicas (ACP Mobilidade), o valor de 739.996,68 euros.

Os outros ativos financeiros incluem uma carteira de obrigações de empresas de rating não especulativo detida pela seguradora do grupo ACP Mobilidade, no valor de 233.859,49 euros, um seguro de capitalização no valor 83.761,05 euros (ACP Seguros) e uma carteira de títulos que incluem obrigações, ações, fundos de obrigações e ações e outros títulos no valor total de 462.639,67 euros. Todos os títulos estão cotados e têm liquidez imediata.

## 05.

### POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No presente período, o ACP não alterou as estimativas contabilísticas nem procedeu ao registo de qualquer erro.

## 06.

### CONSOLIDAÇÃO

#### 6.1 Perímetro de Consolidação

EMPRESA PARTICIPADA	PARTICIPAÇÃO DIRETA/INDIRETA	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
ACP Serviços de Assistência	100,00%	Integral
ACP Motorsport	100,00%	Integral
ACP Viagens e Turismo	100,00%	Integral
ACP Mobilidade	100,00%	Integral
ACP Mediação de Seguros	75,00%	Integral
ACP Comunicações	100,00%	Integral
Villas Boas ACP	33,00%	Equivalência patrimonial

#### 6.2 Plano de contas do setor segurador

As demonstrações financeiras da ACP Mobilidade foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para o Setor Segurador, bem como de acordo com as IFRS aprovadas pela UE em vigor nessa data, que incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

Para efeitos da sua consolidação nas contas consolidadas do Grupo ACP foram as mesmas convertidas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

Em termos das principais rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados o quadro da página seguinte sintetiza a conversão efetuada.

ACP MOBILIDADE	ACP CONSOLIDADO
<b>ATIVO</b>	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	Caixa e depósitos bancários
Outros depósitos	Caixa e depósitos bancários
Investimentos em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	Participações financeiras - método da equivalência patrimonial
Ativos disponíveis para venda	Outros ativos financeiros
Terrenos e edifícios	Propriedades de investimento
Outros ativos tangíveis	Ativos fixos tangíveis
Contas a receber por operações de seguro direto	Clientes
Contas a receber por outras operações de resseguro	Clientes
Contas a receber por outras operações	Outras contas a receber
Ativos por impostos correntes	Estado e outros entes públicos
Acréscimos e diferimentos	Outras contas a receber/Diferimentos
<b>PASSIVO</b>	
Provisão para prémios não adquiridos	Diferimentos
Provisão para sinistros	Outras contas a pagar (acréscimos de gastos)
Outros passivos financeiros - passivos subordinados	Empréstimos obtidos
Contas a pagar por operações de seguro direto	Fornecedores
Contas a pagar por outras operações	Outras contas a pagar
Passivos por impostos correntes	Estado e outros entes públicos
Acréscimos e diferimentos	Outras contas a receber/Diferimentos
<b>RENDIMENTOS</b>	
Prémios brutos emitidos	Vendas e serviços prestados
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Vendas e serviços prestados
Custos com sinistros, líquidos de resseguro - montantes brutos	Fornecimentos e Serviços Externos
Provisão para sinistros (variação)	Fornecimentos e Serviços Externos
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	Juros e rendimentos similares obtidos

Foram excluídas as rubricas que não apresentam valores após os ajustamentos de consolidação.

## 07. PARTES RELACIONADAS

Os rendimentos correspondem essencialmente a comissões de seguros e os gastos a seguros do grupo.

### *i. Empresas associadas*

	TRANSAÇÕES		SALDOS		
	Rend. Op.	Gastos Op.	Clientes	Fornecedores	Outras contas a pagar (oper.)
VILLAS BOAS ACP	3 792,22	55 384,46	-	3 664,31	-
	3 792,22	55 384,46	0,00	3 664,31	0,00

### *ii. Pessoal-chave da gestão*

As remunerações globais dos órgãos de gestão das empresas do grupo são as seguintes:

	2015	2014
Remunerações	586 464,81	598 915,93
Encargos Sociais	140 594,75	144 093,00
Outros Encargos	7 632,14	7 521,27
	734 691,70	750 530,20

Em 2014 e 2015 as remunerações dizem respeito a 7 elementos dos órgãos de gestão.

## 08. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	INÍCIO DO PERÍODO			FINAL DO PERÍODO		
	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89	0,00	1 608 890,89	1 608 890,89	0,00	1 608 890,89
Edifícios e outras construções	20 944 547,20	12 781 863,90	8 162 683,30	20 927 070,97	13 373 285,81	7 553 785,16
Equipamento básico	3 185 704,56	2 944 045,67	241 658,89	3 254 891,75	3 025 168,33	229 723,42
Equipamento de transporte	1 902 318,41	1 833 760,63	68 557,78	1 923 113,40	1 805 305,19	117 808,21
Equipamento administrativo	5 269 917,16	5 174 897,98	95 019,18	5 157 379,25	5 093 295,72	64 083,53
Outros ativos fixos tangíveis	1 680,00	1 470,00	210,00	1 680,00	1 680,00	0,00
Investimentos em Curso	86 141,13	0,00	86 141,13	42 591,56	0,00	42 591,56
	<b>32 999 199,35</b>	<b>22 736 036,18</b>	<b>10 263 161,17</b>	<b>32 915 617,82</b>	<b>23 298 735,05</b>	<b>9 616 882,77</b>

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2015 são analisados como segue:

	SALDO INICIAL	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRS. E ABATES	DEPRECIACÕES E IMPARIDADES	REVERSÕES DE DEPRECIACÕES	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS								
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 608 890,89
Edifícios e outras construções	8 162 683,30	21 375,13	0,00	(38 851,36)	(630 273,27)	0,00	38 851,36	7 553 785,16
Equipamento básico	241 658,89	146 827,75	0,00	(77 640,56)	(161 113,08)	0,00	79 990,42	229 723,42
Equipamento de transporte	68 557,78	63 490,02	(89 457,79)	46 762,76	(61 002,35)	0,00	89 457,79	117 808,21
Equipamento administrativo	95 019,18	16 539,12	0,00	(129 077,03)	(46 755,17)	0,00	128 357,43	64 083,53
Outros ativos fixos tangíveis	210,00	0,00	0,00	0,00	(210,00)	0,00	0,00	0,00
Investimentos em Curso	86 141,13	5 563,19	0,00	(49 112,76)	0,00	0,00	0,00	42 591,56
	<b>10 263 161,17</b>	<b>253 795,21</b>	<b>(89 457,79)</b>	<b>(247 918,95)</b>	<b>(899 353,87)</b>	<b>0,00</b>	<b>336 657,00</b>	<b>9 616 882,77</b>

Os ativos nos seguintes montantes estão dados como garantia de cumprimento de passivos, nas formas apresentadas:

	QUANTIA ESCRITURADA BRUTA	GARANTIAS DE PASSIVOS
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		
Edifícios e outras construções	6 356 734,77	Hipoteca
Equipamento de transporte	97 938,72	Reserva de Propriedade
	6 454 673,49	

O valor da hipoteca está limitado ao capital em dívida, acrescido de eventuais juros e despesas.

A 31 de Dezembro de 2015, o grupo ACP possui 123.763 euros de Ativos Fixos Tangíveis em regime de locação financeira.

As locações financeiras incluídas nos fornecedores de investimentos podem ser analisadas como segue:

	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
LOCAÇÕES FINANCEIRAS			
Equipamento de transporte	97 938,72	48 205,33	49 733,39
	97 938,72	48 205,33	49 733,39

Os respetivos pagamentos mínimos futuros e o valor presente são analisados como segue:

	< 1 ANO		ENTRE 1 E 5 ANOS		> 5 ANOS		TOTAL	
	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente
LOCAÇÕES FINANCEIRAS								
Equipamento de transporte	22 131,59	22 010,86	62 362,72	60 608,28	0,00	0,00	84 494,31	82 619,14
	22 131,59	22 010,86	62 362,72	60 608,28	0,00	0,00	84 494,31	82 619,14

Todas as locações financeiras têm opção de compra no final do contrato através do pagamento do Valor Residual.

A taxa de atualização utilizada para o cálculo dos valores presentes, foi de 1,1%, correspondente à taxa swap para operações de maturidade similar (0,1%) acrescida de um spread de 1%, de acordo com as taxas de mercado.

## 09. GOODWILL

A rubrica de *goodwill*, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição numa concentração de atividades empresariais, corresponde à aquisição da participação na ACP Seguros, SA. O valor do *Goodwill* a 31 de dezembro são 4 919 187,04 euros.

## 10. ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	INÍCIO DO PERÍODO			FINAL DO PERÍODO		
	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Programas de computadores	1 337,44	684,66	652,78	6 257,44	2 736,15	3 521,29
	1 337,44	684,66	652,78	6 257,44	2 736,15	3 521,29

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis, durante o ano 2015 são analisados como segue:

	SALDO INICIAL	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRS. E ABATES	DEPRECIAÇÕES	REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES	SALDO FINAL
ATIVOS INTANGÍVEIS							
Programas de computadores	652,78	4 920,00	0,00	0,00	(2 051,49)	0,00	3 521,29
	652,78	4 920,00	0,00	0,00	(2 051,49)	0,00	3 521,29



# 11.

## PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

### 11.1 Investimentos em associadas

O ACP detém uma participação de 33% na empresa Villas Boas ACP a qual se encontra apresentada nos quadros seguintes:

	INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	Valor 31/12/2014	Ajustamento invest. finan.	Alienação	Dividendos	Equivalência patrimonial	Valor 31/12/2015
% de participação direta	33%					33%
% de participação indireta	33%					33%
PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS						
Villas Boas ACP, Lda (Met. Eq. Patrimonial)	1 592 346,20	28 960,08	0,00	(241 566,58)	375 393,02	1 755 132,72
Villas Boas ACP, Lda (Goodwill)	5 137 045,67	0,00	0,00	0,00	0,00	5 137 045,67
<b>TOTAL</b>	<b>6 729 391,87</b>	<b>28 960,08</b>	<b>0,00</b>	<b>(241 566,58)</b>	<b>375 393,02</b>	<b>6 892 178,39</b>

O quadro seguinte apresenta a principal informação financeira da empresa associada:

	INFORMAÇÃO FINANCEIRA					
	Activo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	Ano
VILLAS BOAS ACP, LDA	23 452 988,77	18 134 404,76	5 318 584,01	1 137 554,61	7 254 494,11	2015

## 12. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o ACP configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários.

Os rendimentos das restantes empresas incluídas no perímetro de consolidação estão sujeitos a IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir do exercício a que respeitam (dez anos para a Segurança Social, para exercícios até 2001 inclusive, cinco anos após 2001).

Conforme referido na Nota 3 n), o IRC é calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, nomeadamente no n.º 4 do art.º 80º do CIRCI. Na circunstância não existe matéria coletável em relação ao exercício de 2015, correspondendo o encargo com imposto sobre o rendimento do exercício à tributação autónoma de despesas específicas.

O ACP apresenta diferenças temporárias decorrentes da amortização de ativos reavaliados, de ajustamentos de dívidas a receber para além dos limites fiscais e de provisões não dedutíveis fiscalmente que resultariam na contabilização de ativos por impostos diferidos nos termos da NCRF 25.

### 12.1 Imposto corrente

Imposto corrente	163 682,66
Dif. temp. originárias exercício	4 212,33
Imposto sobre o rend. do exercício	167 894,99

### 12.2 Impostos Diferidos

As empresas do grupo ACP apresentam diferenças temporárias decorrentes da apresentação de prejuízos fiscais, amortização de ativos reavaliados, de ajustamentos de dívidas a receber para além dos limites fiscais e de provisões não dedutíveis fiscalmente que resultariam na contabilização de ativos por impostos diferidos

nos termos da NCRF 25. Nos casos em que é previsível a sua reversão as empresas do grupo contabilizam os respetivos impostos diferidos.

IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO NICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES/ UTILIZAÇÕES	SALDO FINAL
Base das Dif. Temporárias - Provisões fisc. não ded.	39 220,18	17 193,17	0,00	56 413,35
Base das Dif. Temporárias - Provisões tributadas	153 291,36	0,00	0,00	153 291,36
Base das Dif. Temporárias - Perdas imparidade não dedutíveis	69 172,30	0,00	0,00	69 172,30
Diferenças Temporárias totais	261 683,84	17 193,17	0,00	278 877,01
Imposto diferido (taxa IRC média 24,5%)	64 112,54	4 212,33	0,00	68 324,87

## 13. INVENTÁRIOS

A rubrica Inventários é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31/12/15	31/12/14
Mercadorias	634 176,52	614 174,68
Matérias-Primas	8 005,39	6 836,02
	642 181,91	621 010,70
Imparidades do período	0,00	0,00
Imparidades de períodos anteriores	(150 873,44)	(150 873,44)
	(150 873,44)	(150 873,44)
<b>TOTAL</b>	<b>491 308,47</b>	<b>470 137,26</b>

PERDAS POR IMPARIDADE	SALDO INICIAL	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
INVENTÁRIOS				
Mercadorias	117 203,44	0,00	0,00	117 203,44
Matérias-Primas	33 670,00	0,00	0,00	33 670,00
	150 873,44	0,00	0,00	150 873,44

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS	
	2015	2014	2015	2014
Existências iniciais	614 174,68	658 275,76	6 836,02	6 680,44
Compras	881 797,15	741 861,33	27 284,79	23 269,94
Regularização de existências	(11 633,52)	(14 298,48)	(9,27)	100,61
Existências finais	634 176,52	614 174,68	8 005,39	6 836,02
Gasto do período	850 161,79	771 663,93	26 106,15	23 214,97
Custo das mercadorias vendidas	826 264,60	744 327,66	0,00	0,00
Ofertas a sócios (camp.Angariação)	23 897,19	27 336,27	0,00	0,00

O gasto do período compreende o custo das mercadorias vendidas, bem como os valores registados em fornecimentos e serviços externos relativos a consumíveis de escritório (matérias primas), os quais foram registados nas contas respetivas de material de escritório apesar da sua movimentação ser realizada a partir dos inventários.

# 14.

## CONTAS A RECEBER

### 14.1 Contas a receber e imparidades

As rubricas de clientes, associados e outros devedores são analisadas como segue:

CONTAS A RECEBER	31/12/15	31/12/14
<b>VALOR BRUTO</b>		
Clientes	3 847 393,08	3 900 233,24
Sócios	482 621,86	664 665,62
Outros Devedores	738 389,90	489 062,48
<b>TOTAL</b>	<b>5 068 404,84</b>	<b>5 053 961,34</b>
<b>IMPARIDADES TOTAIS</b>		
Clientes	391 173,98	636 096,51
Sócios	32 999,39	31 658,49
Outros Devedores	77 514,84	24 017,00
<b>TOTAL</b>	<b>501 688,21</b>	<b>691 772,00</b>
<b>VALOR LÍQUIDO</b>		
Clientes	3 456 219,10	3 264 136,73
Sócios	449 622,47	633 007,13
Outros Devedores	660 875,06	465 045,48
<b>TOTAL</b>	<b>4 566 716,63</b>	<b>4 362 189,34</b>

### 14.2 Imparidades

Os movimentos das perdas por imparidades são analisados como segue:

	SALDO INICIAL	REFORÇO	REVERSÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
<b>CONTAS A RECEBER</b>					
Clientes	636 096,51	28 437,34	(197 052,84)	(76 307,03)	391 173,98
Sócios	31 658,49	1 340,90	0,00	0,00	32 999,39
Outros Devedores	24 017,00	53 497,84	0,00	0,00	77 514,84
	<b>691 772,00</b>	<b>83 276,08</b>	<b>(197 052,84)</b>	<b>(76 307,03)</b>	<b>501 688,21</b>

## 15. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como segue:

	31/12/15	31/12/14
VALOR BRUTO:		
Fornecedores c/c	0,00	0,00
Gerais	74 720,52	43 066,19
Out. Dividas Terceiros	(20 011,93)	(9 017,00)
Valor liquido contabilístico	54 708,59	34 049,19

Os adiantamentos efetuados a fornecedores referem-se a pagamentos de sinalizações para serviços futuros.

## 16. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

	31/12/15		31/12/14	
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR
Imposto sobre o rendimento	316 807,77	87 426,94	318 007,92	29 306,07
Retenções efectuados S/ IR	0,00	182 228,63	5 487,68	175 329,74
IVA	16 279,14	227 901,79	15 497,72	314 942,05
Contribuições para a Segurança Social	9 720,27	256 489,08	9 741,52	248 335,30
Outros impostos	0,00	13 981,00	1 365,27	14 143,48
	342 807,18	768 027,44	350 100,11	782 056,64

Não existem dívidas em mora ao Estado, designadamente de quaisquer impostos ou de contribuições para a Segurança Social.

# 17.

## OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

	31/12/15	31/12/14
DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS		
Serviços de assistência prestados	91 501,79	126 189,68
Comissões de rappel de comp. Seguros	4 105,05	105 294,10
Comissões	15 638,01	72 802,97
Proveitos financeiros	5 524,38	23 767,40
Prestações de Serviços da Agência de Viagens	1 938,28	6 447,12
Rendimentos associados a provas desportivas	53 000,00	0,00
Outros Rendimentos	114 799,46	4 014,82
	<b>286 506,97</b>	<b>338 516,09</b>
OUTRAS CONTAS A RECEBER		
Pessoal	43 210,14	62 994,47
Outros	331 157,95	63 534,92
	<b>374 368,09</b>	<b>126 529,39</b>
<b>TOTAL</b>	<b>660 875,06</b>	<b>465 045,48</b>

Os acréscimos de rendimentos correspondem à especialização de valores faturados em 2016, mas que dizem respeito a 2015, designadamente ao abrigo de contratos de assistência viagem prestados a clientes do ACP Serviços de Assistência, comissões diversas faturadas a outras entidades com base no volume gerado, rappel a pagar por companhias de seguros e juros de depósitos a prazo.

## 18. DIFERIMENTOS

Os diferimentos são detalhados da forma seguinte:

	31/12/15	31/12/14
<b>DIFERIMENTOS (ATIVO)</b>		
Gastos de licenciamento	104 769,89	124 067,72
Subcontratos da Agência de Viagens	38 355,12	44 758,66
Comissões ARC	13 213,85	42 928,39
Gastos plurienais	26 224,67	38 328,47
Gastos associados a provas desportivas	35 468,06	38 165,06
Rendas	33 651,34	32 968,10
Outros gastos diferidos	105 414,63	75 353,74
	<b>357 097,56</b>	<b>396 570,14</b>
	31/12/15	31/12/14
<b>DIFERIMENTOS (PASSIVO)</b>		
Quotas de sócios ordinários referentes ao ano seguinte	2 252 417,34	2 205 700,67
Contratos de serviços de assistência (marcas)	285 143,21	334 747,61
Provisão para prémios não adquiridos	225 407,00	215 347,55
Prestações de Serviços da Agência de Viagens	73 482,79	79 539,98
Outros rendimentos	247 838,51	320 755,95
	<b>3 084 288,85</b>	<b>3 156 091,76</b>

Os diferimentos resultam de rendimentos e gastos suportados em 2015 relativos a licenciamento de aplicações informáticas, provas desportivas a realizar em 2016 e de outras despesas suportadas antecipadamente, nomeadamente com subcontratos da agências de viagens, de viagens a realizar em 2016 e com rendas de imóveis.

Encontram-se igualmente registados como diferimentos as quantias das quotas emitidas em 2015, mas cuja validade é superior a 31 de Dezembro de 2015, bem como rendimentos de contratos de serviços de assistência a prestar em 2016 e à provisão para prémios não adquiridos da companhia de seguros incluída na consolidação.



## 19.

### ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Encontram-se mensurados ao justo valor todos os títulos com cotações divulgadas publicamente, sendo as respetivas alterações reconhecidas na demonstração dos resultados. Os custos de transação não estão incluídos na mensuração inicial dos títulos.

## 20.

### FUNDOS PATRIMONIAIS

#### 20.1 Ajustamentos em ativos financeiros

	31/12/15	31/12/14
RELACIONADOS COM O MET. EQ. PATRIMONIAL		
Ajustamentos de transição	(24 691,64)	(19 899,64)
Lucros não atribuídos	795 521,72	738 542,41
Decorrentes outras variações cap. prop. part.	(392 111,79)	(421 071,87)
<b>Sub-total</b>	<b>378 718,29</b>	<b>297 570,90</b>
RELACIONADOS COM AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR	4 270,80	13 222,71
<b>TOTAL</b>	<b>382 989,09</b>	<b>310 793,61</b>

Os ajustamentos em partes de capital em associadas do exercício foram descritos no quadro abaixo e decorrem da transferência de resultados por lucros não atribuídos e de ajustamentos de capital.

	AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO	TRANSF. RESULTADOS	LUCROS DISTRIBUÍDOS	AJUST. CAP. PRÓP.	TOTAL
ACP Comunicações	(4 792,00)	0,00	0,00	0,00	(4 792,00)
Villas Boas ACP		298 545,89	(241 566,58)	28 960,08	85 939,39
	(4 792,00)	298 545,89	(241 566,58)	28 960,08	81 147,39

## 21.

### PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

#### 21.1 Provisões

A rubrica de Provisões é analisada como se segue:

	SALDO INICIAL	AUMENTO	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDO FINAL
PROVISÕES					
Provisões para processos judiciais em curso	135 431,74	0,00	(40 272,64)	(95 159,10)	0,00
Provisões para garantias a clientes	6 291,35	0,00	(727,17)	(4 645,08)	919,10
Outras Provisões	159 172,06	0,00	0,00	(11 672,06)	147 500,00
	300 895,15	0,00	(40 999,81)	(111 476,24)	148 419,10

As movimentações na conta das provisões para processos judiciais correspondem a processos do foro laboral.

A provisão para garantia a clientes corresponde a um contrato de extensão de garantia, o qual se encontrava a ser assegurado por uma entidade externa ao grupo que se encontra em dificuldades financeiras.

A reversão de Outras provisões diz respeito ao excesso da provisão constituída no passado correspondente à redução de um posto de trabalho na empresa ACP Viagens.

A Gestão considera que as provisões constituídas para os processos judiciais em curso refletem o risco máximo de perdas potenciais associadas aos litígios existentes à data do Balanço.

## 21.2 Passivos contingentes

O ACP está envolvido como réu em processos judiciais do foro laboral os quais envolvem o pedido de indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais. O ACP efetua provisões na medida do que entende serem os riscos que decorrem destas ações e que cobre, na maioria dos casos, os direitos vencidos, na convicção de que não terá de suportar quaisquer indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais.

## 22. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O empréstimo contraído para efeitos de remodelação das instalações do Prior Velho, propriedade do ACP, no valor inicial de 3.000.000 Euros está atualmente registado por 1.788.461,49 euros (devido às amortizações de capital ocorridas). Os juros relativos a este empréstimo registados em 2015 foram de 15.026,32 euros. Este empréstimo é o principal empréstimo do grupo, existindo ainda locações financeiras cujo valor em dívida no final do ano eram 66.796,76 euros, o que perfaz 1.855.258,25 euros.

O quadro seguinte resume o plano de amortizações contratado, no total dos financiamentos:

AMORTIZAÇÕES DE CAPITAL	PAGAMENTOS < 1 ANO	PAGAMENTOS ENTRE 1 E 5 ANOS	PAGAMENTOS > 5 ANOS	TOTAL
Empréstimo de médio e longo prazo	247.747,97	972.894,95	634.615,33	1.855.258,25
	247.747,97	972.894,95	634.615,33	1.855.258,25

A taxa de juro aplicável ao contrato acima mencionado corresponde ao indexante Euribor 3 meses acrescida de um spread de 0,75%.

Os restantes passivos financeiros estão mensurados ao custo.

### 22.1 Ativos dados como garantia de passivos

Encontra-se hipotecado o edifício situado no Prior Velho, com uma quantia escriturada bruta de 6.356.734,77 euros, como garantia do empréstimo efetuado para remodelação do mesmo edifício.

## 23. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 23.1 Benefícios pós emprego

Como referido na Nota 3 k), o ACP assumiu a responsabilidade pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, a qual é determinada com base em estudos atuariais.

O método utilizado no estudo atuarial foi o “Projected Unit Credit” e os pressupostos atuariais utilizados por referência a 31 de Dezembro de 2015, sumarizam-se como se segue:

- Tabela de Mortalidade: TV 88/90;
- Tabela de Invalidez: EKV 80;
- Taxa de Rendimento do Fundo: 3%;
- Taxa Técnica de Juro: 3%;
- Taxa de Crescimento Salarial: 2%;
- Taxa de Revalorização utilizada no cálculo da remuneração de referência da Segurança Social: 2,5%;
- Cálculo da Pensão da Segurança Social através do Decreto-Lei nº 187/2007, com as alterações introduzidas pela Lei nº64-A/2008 e pelo Decreto-Lei nº167 D/2013.

O movimento na conta de Provisões foi o seguinte:

Saldo Inicial	729 527,84
Custo dos serviços correntes	5 554,91
Reforço de provisão	98 539,19
Anulação da provisão	0,00
Utilização da provisão	82 772,12
Saldo Final	750 849,82

Em 31 de Dezembro de 2015 encontravam-se abrangidos por este plano 114 empregados no ativo.

A provisão em 31 de Dezembro de 2015 no montante de 750.849,82 euros assegura a cobertura da totalidade das responsabilidades por serviços passados reportadas a essa data.

## 24.

### ASSOCIADOS

O saldo desta rubrica é composto essencialmente por recebimentos em 2015 de quotas emitidas em 2016.

## 25.

### OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

	31/12/15	31/12/14
CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS		
Encargos com férias e subsídio de férias	1 700 803,26	1 753 006,15
Contratos de serviços de assistência	225 083,93	94 184,28
Comissões e gastos da área comercial de 2015	81 006,82	71 711,75
Gastos associados a provas desportivas	49 912,92	91 205,08
Subcontratos da Agência de Viagens	0,00	471,94
Outros gastos	112 417,05	118 900,79
	<b>2 169 223,98</b>	<b>2 129 479,99</b>
OUTRAS CONTAS A PAGAR		
Fornecedores de Investimentos	104 757,59	81 637,50
Recebimentos por conta	69 017,90	91 038,27
Entidades oficiais	14 059,69	26 925,00
Processos Judiciais	0,00	21 939,00
Outros	142 559,73	164 791,19
	<b>330 394,91</b>	<b>386 330,96</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2 499 618,89</b>	<b>2 515 810,95</b>

## 26. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

	2015	2014
VENDAS	1 336 121,75	1 116 470,59
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
Jóias e quotas dos sócios	12 977 505,68	13 870 670,65
Comissões de mediação de seguros	2 259 475,58	2 402 305,04
Contratos Tipo Pay Per Use	2 283 076,71	1 979 828,34
Receitas com patrocínios e publicidade	1 745 600,83	1 588 965,66
Patrulhamento	1 565 677,32	1 572 277,16
Receitas de inscrições em provas desportivas	1 255 075,30	1 115 398,57
Receitas com serviços de documentação	1 195 938,88	1 319 576,20
Receitas de protocolos diversos	1 083 850,89	1 173 390,56
Centros de exames de condução	986 374,63	887 573,11
Contratos Tipo Fee	737 685,09	908 429,93
Prémios de Seguros	558 493,40	537 498,26
Agência de Viagens	462 088,81	484 453,53
Receitas com escolas de condução	429 087,46	473 502,95
Outros serviços prestados	551 257,79	537 352,73
	28 091 188,37	28 851 222,69
	29 427 310,12	29 967 693,28

## 27. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios abaixo discriminados destinaram-se a apoiar a realização de provas desportivas e programas relacionados com a prevenção rodoviária, foram reconhecidos no exercício em que foram recebidos ou quando se verificaram as condições para o reconhecimento do rédito:

	2015	2014
Autarquias	341 500,00	0,00
FIA - Federação Internacional do Automóvel	25 100,00	23 486,00
Instituto Turismo Portugal	0,00	800 000,00
Outros	12 656,55	299,96
	<b>379 256,55</b>	<b>823 785,96</b>

## 28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	2015	2014
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>		
Subcontratos	3 582 199,61	3 348 618,14
Trabalhos Especializados	2 132 884,36	2 074 559,80
Publicidade e Propaganda	1 599 622,14	2 074 429,20
Rendas e Alugueres	1 260 613,58	1 235 316,62
Conservação e Reparação	1 036 633,03	1 119 390,71
Comunicação	981 661,48	881 105,03
Deslocações e Estadas	957 980,10	1 017 319,60
Combustíveis	536 528,57	671 583,97
Vigilância e Segurança	487 904,15	701 616,40
Honorários	461 855,97	387 420,91
Comissões de Seguros	306 443,09	104 876,04
Eletricidade	239 500,67	260 588,74
Seguros	178 384,10	175 242,06
Serviços de limpeza	137 104,39	139 439,91
Custos com Sinistros	77 946,36	122 131,20
Outros	663 486,19	744 455,96
	<b>14 640 747,79</b>	<b>15 058 094,30</b>

Os principais gastos subcontratados correspondem a serviços de assistência em viagem, quer de assistência a veículos, quer de assistência a pessoas.

## 29. GASTOS COM O PESSOAL

	2015	2014
GASTOS COM O PESSOAL		
Remunerações	9 886 247,41	10 273 377,89
Encargos	2 109 621,71	2 185 792,98
Benefícios pós-emprego	5 554,91	3 917,96
Indemnizações	265 772,03	196 177,07
Outros	415 639,96	421 746,80
	12 682 836,02	13 081 012,70

Durante o exercício de 2015 o Grupo ACP teve ao seu serviço, em média, 429 pessoas. Em 2014 tinha ao seu serviço 438 pessoas.

O Grupo ACP possui benefícios pós emprego atribuídos a colaboradores, os quais se encontram detalhados na nota 23.

## 30. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

	2015	2014
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Rendimentos suplementares	126 245,10	123 885,44
Correções de Exercícios Anteriores	78 340,49	167 310,63
Rend. e ganhos em invest. não financ.	34 758,95	91 944,97
Rappel	12 740,87	0,00
Ganhos em inventários	9 673,08	12 761,62
Anulação provisões - benef. empreg.	0,00	17 812,95
Outros	28 345,52	54 571,74
	290 104,01	468 287,35



As principais correções de exercícios anteriores corresponderam à anulação de acréscimos de gastos relativos à atividade de assistência em viagem.

## 31. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

	2015	2014
OUTROS GASTOS E PERDAS		
Gastos da área desportiva	373 858,66	436 633,70
Serviços bancários	158 602,42	154 195,25
Impostos	112 860,88	82 694,52
Perdas anulação resp. bem. pós empr.	98 539,19	17 013,40
Correcções Relativas a Exerc. Anteriores	96 276,33	21 206,81
Quotizações	70 421,19	65 966,98
Ofertas e amostras de inventários	23 897,19	27 336,27
Perdas em inventários	22 935,87	48 947,33
Reparações viaturas terceiros	16 784,16	75 736,45
Anulação pag. esp. conta - irrecuperável	14 128,43	8 873,29
Insuficiência est. imposto	10 852,81	8,98
Donativos	9 450,00	50 500,00
Dívidas incobráveis	1 481,17	19 782,59
Multas e Penalidades	1 184,51	2 563,07
Gastos e perdas em invest. não financ.	0,00	2 500,00
Outros	37 460,41	51 930,04
	<b>1 048 733,22</b>	<b>1 065 888,68</b>

Os gastos da área desportiva correspondem às licenças desportivas, nacionais e internacionais.

## 32. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

O total dos futuros pagamentos mínimos não canceláveis apresenta-se como segue:

PAGAMENTOS MÍNIMOS FUTUROS	PAGAMENTOS < 1 ANO	PAGAMENTOS ENTRE 1 E 5 ANOS	PAGAMENTOS > 5 ANOS	TOTAL
LOCAÇÕES OPERACIONAIS				
Viaturas	175 851,24	353 566,13	0,00	529 417,37
	175 851,24	353 566,13	0,00	529 417,37

## 33. GARANTIAS BANCÁRIAS

Foram solicitadas garantias bancárias a favor de terceiros:

BPI - aluguer de instalações	154 670,89
BPI - pensão de acidente de trabalho	15 727,08
Santander Totta - crédito de fiança e importações	4 239,78
Santander Totta - financeira	39 230,34
	213 868,09

## 34.

### DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS (HONORÁRIOS ROC, CSC 508ºF)

Embora o ACP não se encontra constituído sob a forma de sociedade, nos termos do artigo 508ºF do Código das Sociedades Comerciais informa-se o seguinte:

- Não existem operações relevantes que não estejam incluídas no Balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de honorários faturados pelas diversas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas do Grupo foi de 65 096 Euros, dos quais 47 344 Euros correspondem à Auditoria anual das contas e 17 752 Euros a serviços de consultoria fiscal.

O Diretor Financeiro  
André Veloso Ferreira dos Santos (Contabilista Certificado nº 74174)

## RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### ***Introdução***

01. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Automóvel Club de Portugal, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 32.765.175 euros e um total do fundo de capital de 17.901.497 euros, incluindo um resultado líquido de 448.103 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### ***Responsabilidades***

02. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras consolidada que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

03. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ***Âmbito***

04. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

05. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

06. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### ***Opinião***

07. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Automóvel Club de Portugal em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais consolidados e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do sector não lucrativo.

### ***Relato sobre outros requisitos legais***

08. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 4 de Abril de 2016

KPMG & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
representada por  
João Paulo da Silva Pratas (ROC n.º 965)

AUTOMOV

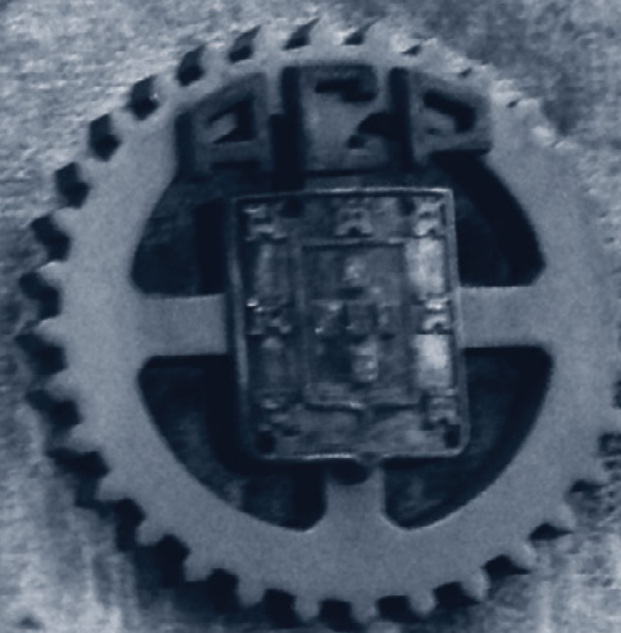
CLUB

DE

PORTUGA

VEL

AL





**AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL**  
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

